

André Junqueira Caetano

304.809811
C 128 m
1995
T (AM)

MIGRAÇÃO
NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS
DA REGIÃO NORTE NA DÉCADA DE 70

JW

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Demografia.

Orientadores:

Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho
Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



162879506

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Belo Horizonte
CEDEPLAR/FACE/UFMG
1995

OK 2000
10947
2003
2004
2005

FAVOR NÃO FAZER ANOTAÇÕES OU GRIFOS
A TINTA OU A LÁPIS NESTA PUBLICAÇÃO




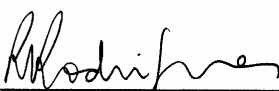

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: "MIGRAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS DA
REGIÃO NORTE NA DÉCADA DE 70."

AUTOR: ANDRÉ JUNQUEIRA CAETANO

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

 _____ Prof. José Alberto Magno de Carvalho Professor Orientador	<u>100,0</u> NOTA
 _____ Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues Professor Coorientador	<u>100,0</u> NOTA
 _____ Prof. Ralfo Edmundo da Silva Matos	<u>95</u> NOTA

LOCAL E DATA DE APROVAÇÃO: Belo Horizonte, 18 de agosto de 1995

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a muita gente.

Sem a paciência, a dedicação e a experiência dos meus orientadores nada teria sido possível. Definitivamente. Eu devo essa dissertação a eles.

Zé Alberto é o Mestre. A parte metodológica não seria o que é sem a orientação dele.

O Roberto Nascimento conseguiu, em todas as horas de pânico, me trazer um pouco de tranquilidade. Graças a ele eu consegui ver, nesse trabalho, mais do que um amontado de capítulos e tabelas.

Quero agradecer ao Ralfó por compreender a dificuldade que os prazos exíguos nos trazem.

Ao Irineu tenho muito a agradecer. Não preciso citar os motivos, só dizer que eu também não costumo esquecer essas coisas.

Ao pessoal do CPD, Maurício e Leo, pela força.

A impressão do trabalho foi toda nas máquinas do João, meu irmão, colega velho. Valeu. O Tati ficou ouvindo som alto demais enquanto eu, catotônico, imprimia. Mas, tudo bem. O Afrânio só me perguntou “que dia que vai ser?”. Minha mãe, tadinha, ficou mais preocupada que eu.

Queria poder dizer pro meu pai, que tanta falta me fez e tanta falta me faz, que a família ficou bacana no final das contas.

Pra Rachel eu nem sei o que dizer. Tudo junto, paciência, compreensão, dedicação, etc e tal, mais amor. É mole? Fora os mapas, que são obra dela.

Quero lembrar, finalmente, que eu cheguei no CEDEPLAR, na Demografia e na Amazônia através do Haroldão e do Don, em 1988. Devo parte da minha formação acadêmica a eles. Lembro de tudo, deles, do GEA, seminários, Belém do Pará, com muito carinho.

Obrigado a todos.

P.S.: Particpei de praticamente todas as modalidades de Bolsas oferecidas pelo CNPq, desde a Iniciação Científica. Mal ou bem, essa instituição permitiu que eu me dedicasse ao trabalho acadêmico e me certificasse de ter a vocação necessária para ser um profissional do ramo. Em um país pobre como o Brasil, isso não é pouco. Trago sempre comigo a noção exata do quanto devo aos meus irmãos brasileiros.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
2 - MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	12
3 - A REGIÃO NORTE E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	21
3.1. O Conceito de Fronteira e a Migração na Amazônia.....	26
3.2. A Urbanização da Fronteira e o seu Fechamento Relativo.....	32
4 - REGIÃO NORTE: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE.....	35
5 - CONCEITOS, FONTE DE DADOS E METODOLOGIA.....	47
5.1. Mensuração Indireta.....	48
5.2. Mensuração Direta.....	52
5.3. Base Geográfica.....	53
5.4. Considerações Metodológicas.....	55
6 - SALDOS MIGRATÓRIOS DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - REGIÃO NORTE - 1970/80.....	58
7 - IMIGRAÇÃO PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - REGIÃO NORTE - 1970/80.....	66
7.1. Rondônia e Porto Velho.....	67
7.2. Acre e Rio Branco.....	72
7.3. Amazonas e Manaus.....	75
7.4. Roraima e Boa Vista.....	78
7.5. Pará e Belém.....	82
7.6. Amapá e Macapá.....	86
8 - CONCLUSÃO.....	91
ANEXO 1: Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração - Municípios das Capitais Estaduais - Região Norte - 1970/80.....	97
ANEXO 2: Mapas dos Estados e Municípios das Capitais - Região Norte - 1970 e 1980.....	104
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1: População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970 e 1980	36
TABELA 4.2: Participação Relativa dos Municípios das Capitais da Região Norte na População Estadual segundo a Situação Domiciliar (%) - 1970 e 1980.....	37
TABELA 4. 3: Distribuição da População dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970 e 1980.....	38
TABELA 4. 4: Taxas de Crescimento Médio Anual da População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970/1980.....	39
TABELA 4.5: Crescimento Absoluto da População dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970/80	40
TABELA 4.6: População em 1991 e Crescimento Absoluto dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1980/91.....	42
TABELA 4. 7: Taxas de Crescimento Médio Anual no Período 1980/91 e Distribuição da População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar em 1980.....	44
TABELA 6.1: Taxas Líquidas de Migração e Taxas de Crescimento Observadas e Esperadas dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte - 1970/1980.....	59
TABELA 6.2: Saldo Migratório, Imigrantes de Última Etapa e Emigrantes de Data Fixa dos Estados e Municípios das Capitais - Região Norte - 1970/1980.....	61
TABELA 6.3: Taxas de Imigração e Emigração dos Estados e Municípios das Capitais (%) - Região Norte - 1970/1980.....	62
TABELA 7.1.1: Imigrantes Interestaduais de <i>Rondônia</i> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	67
TABELA 7.1.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais de <i>Rondônia</i> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	68
TABELA 7.1.3: Imigrantes de <i>Porto Velho</i> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	69
TABELA 7.1.4: Distribuição dos Imigrantes de <i>Porto Velho</i> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	69
TABELA 7.1.5: Participação de <i>Porto Velho</i> na Imigração Interestadual de <i>Rondônia</i> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	71
TABELA 7.2.1: Imigrantes Interestaduais do <i>Acre</i> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	72
TABELA 7.2.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do <i>Acre</i> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	73

TABELA 7.2.3: Imigrantes de <u>Rio Branco</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	73
TABELA 7.2.4: Distribuição dos Imigrantes de <u>Rio Branco</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	74
TABELA 7.2.5: Participação de <u>Rio Branco</u> na Imigração Interestadual do <u>Acre</u> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	74
TABELA 7.3.1: Imigrantes Interestaduais do <u>Amazonas</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	75
TABELA 7.3.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do <u>Amazonas</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	76
TABELA 7.3.3: Imigrantes de <u>Manaus</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	76
TABELA 7.3.4: Distribuição dos Imigrantes de <u>Manaus</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	77
TABELA 7.3.5: Participação de <u>Manaus</u> na Imigração Interestadual do <u>Amazonas</u> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	77
TABELA 7.4.1: Imigrantes Interestaduais de <u>Roraima</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	78
TABELA 7.4.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais de <u>Roraima</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	79
TABELA 7.4.3: Imigrantes de <u>Boa Vista</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	80
TABELA 7.4.4: Distribuição dos Imigrantes de <u>Boa Vista</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	80
TABELA 7.4.5: Participação de <u>Boa Vista</u> na Imigração Interestadual de <u>Roraima</u> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	81
TABELA 7.5.1: Imigrantes Interestaduais do <u>Pará</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	82
TABELA 7.5.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do <u>Pará</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	83
TABELA 7.5.3: Imigrantes de <u>Belém</u> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	84
TABELA 7.5.4: Distribuição dos Imigrantes de <u>Belém</u> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	84
TABELA 7.5.5: Participação de <u>Belém</u> na Imigração Interestadual do <u>Pará</u> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	85

TABELA 7.6.1: Imigrantes Interestaduais do <i>Amapá</i> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	86
TABELA 7.6.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do <i>Amapá</i> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	87
TABELA 7.6.3: Imigrantes de <i>Macapá</i> , por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70.....	88
TABELA 7.6.4: Distribuição dos Imigrantes de <i>Macapá</i> segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	88
TABELA 7.6.5: Participação de <i>Macapá</i> na Imigração Interestadual do <i>Amapá</i> , segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%).....	89
TABELA A.1.1: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Porto Velho</u> - 1970/1980.....	98
TABELA A.1.2: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Rio Branco</u> - 1970/1980.....	99
TABELA A.1.3: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Manaus</u> - 1970/1980.....	100
TABELA A.1.4: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Boa Vista</u> - 1970/1980.....	101
TABELA A.1.5: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Belém</u> - 1970/1980.....	102
TABELA A.1.6: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - <u>Macapá</u> - 1970/1980.....	103

1 - INTRODUÇÃO

A década de 70 caracterizou-se como um período ímpar na história das migrações internas do País. Cerca de 16 milhões de pessoas transferiram-se de residências rurais para áreas urbanas, configurando um êxodo rural de magnitude, tanto absoluta quanto relativa, jamais ocorrida no Brasil. Houve perda absoluta de população no campo, com taxas de crescimento negativo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Região Sudeste - São Paulo em especial - estabeleceu-se como o maior pólo de atração de população nesse período (MARTINE, 1987).

Nesse processo, as regiões de fronteira agrícola, com vastas extensões de terras não ocupadas, foram frequentemente apontadas como alternativa para aliviar a pressão demográfica nas regiões onde a concentração de população se tornou crítica (MARTINE, 1987). Nos anos 70, a região amazônica constituiu-se como a fronteira brasileira, oferecendo espaço para a absorção de população excedente. Por abranger a maior parte da Amazônia brasileira, a Região Norte - formada, em 1980, pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Para e Amapá - assumiu posição de destaque na questão migratória interna dos anos 70.

O crescimento da 'última fronteira' caracterizou-se também como um fenômeno urbano. Grande parte do contingente populacional que para lá se dirigiu não se estabeleceu definitivamente em áreas rurais. Somente as seis capitais da Região Norte, mais o município de Santarém, foram responsáveis

por quase a metade do crescimento populacional da Amazônia na década de 70 (MARTINE, 1987).

SAWYER (1984) concorda com a importância e a magnitude desse fenômeno ao verificar que apenas uma pequena faixa que vai de Rondônia ao leste do Pará teve taxas de crescimento da população rural acima do crescimento natural. Em contrapartida, todas as micro-regiões da região amazônica tiveram altas taxas de crescimento da população urbana na década de 70.

Diante desse quadro, a existência de terras não ocupadas na Região, apesar de fator fundamental para a expansão da 'última fronteira', através da migração, parece não ter sido o único atrativo para a população migrante.

Apesar do intenso ritmo de crescimento da população urbana, 48,4% da população total da Região Norte residia em áreas rurais em 1980, abaixo apenas da Região Nordeste e acima da média nacional. Os Estados de Rondônia e do Pará possuíam a maior parte da população em áreas rurais, com graus de urbanização, em 1980, de 46,5% e 49,0%, respectivamente.

Esses dados indicam a complexidade da dinâmica demográfica da Região Norte no período 1970-1980 e atestam a importância das migrações inter e intra-regionais na distribuição espacial e no crescimento de sua população. A introdução de questões relativas aos deslocamentos populacionais - que captam a última etapa migratória em termos de município e situação de residência - no Censo Demográfico de 1980 e a existência de técnicas específicas apontam para possibilidades fecundas para o estudo, análise e compreensão do fenômeno migratório na região amazônica.

O objetivo deste trabalho é avaliar o papel da migração no crescimento populacional dos municípios das capitais da Região Norte e respectivos estados. Pretende-se, ainda, identificar e analisar seus principais fluxos migratórios, com relação aos componentes intraestaduais e interestaduais.

Para a avaliação da migração no crescimento demográfico, foram calculados os saldos migratórios de Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Belém e Macapá, na década de 70. A análise dos fluxos migratórios foi realizada a partir da quantificação e caracterização do componente imigratório, segundo a Região do País e a situação domiciliar de procedência. A aplicação do procedimento utilizado por RIGOTTI (1994) permitiu a estimação do componente emigratório implícito no saldo migratório.

A escolha desses municípios deveu-se, principalmente, ao fato de apresentarem parcelas expressivas das populações estaduais. No conjunto, representavam 46,1% da população da Região Norte em 1980. Com a exceção de Belém, possuíam mais de 40,0% das populações dos respectivos Estados. Além disso, nesses municípios, evidentemente, estava localizados os principais núcleos urbanos da Região.

A avaliação da migração no crescimento das populações dos Estados da Região Norte foi empreendida a partir das estimativas dos saldos migratórios calculadas por CARVALHO e FERNANDES (1991). A quantificação e caracterização dos fluxos migratórios em direção aos estados foi efetuada da mesma forma utilizada para os municípios das capitais.

A estrutura desta dissertação objetiva, primeiramente, apresentar os fundamentos teóricos dos estudos sobre migrações e discutir o papel da Região Norte na distribuição espacial da população brasileira. Dessa forma, a base teórica é apresentada no Capítulo 2. O Capítulo 3 traz uma exposição sobre o papel da Região Norte no contexto da distribuição espacial da população brasileira no período mais recente, além de discutir o conceito de 'Fronteira' e o processo de urbanização dessas regiões. O Capítulo 4 trata de apresentar a Região de estudo, principalmente através de sua evolução demográfica entre 1970 e 1980.

No Capítulo 5 são feitas a apresentação e a discussão da metodologia utilizada, bem como de todos os procedimentos adotados para o tratamento dos dados. A análise dos resultados é empreendida nos Capítulos 6, que introduz a discussão sobre os saldos migratórios, e 7, que focaliza a questão da imigração para os estados e municípios selecionados. As conclusões são apresentadas no Capítulo 8.

Este trabalho contém, ainda, dois anexos. O primeiro traz as estimativas dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração, por sexo e grupo etário, para cada município selecionado, bem como o nível dos respectivos indicadores de mortalidade e fecundidade. O Anexo 2 é composto de 8 mapas, que apresentam as fronteiras dos municípios em questão em 1970 e 1980, e mostram a necessidade de compatibilização da base geográfica com a base de dados, através de dois exemplos específicos.

2 - MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Com o trabalho de Ravenstein (1980) para o Reino Unido, em 1885, a questão migratória recebeu o seu primeiro tratamento mais sistemático. Esse autor procurou identificar, por trás do caráter supostamente desregulado das migrações, as leis que a ordenam. Além de elaborar uma tipificação dos migrantes segundo a distância e o caráter definitivo ou não do movimento, ele apresentou pioneiramente um dos fundamentos teóricos dos estudos sobre migração: a existência de áreas de atração de população, que se diferenciam das áreas de dispersão por demandarem mão-de-obra.

A existência de pólos de atração e expulsão de população traz em seu bojo uma série de indagações sobre as realidades *que caracterizam diferentes áreas em pólos de forças opostas e sobre os processos de intermediação entre as estruturas sócio-econômicas - das quais tais forças se originam - e o indivíduo.* Principalmente a partir dos anos 60 desse século, os estudiosos centraram boa parte de seus esforços na identificação e compreensão destas questões.

A intensidade com que os migrantes reagem aos diferenciais de renda do trabalho e a relação entre migração e rendimento tem sido demonstrada através da direção correta da migração líquida (SJAASTAD, 1980). O trabalho realizado por esse autor, em 1962, analisou a relação entre a renda e o saldo migratório de 1949 no Estado do Mississippi, o mais pobre dos EUA na época. Verificou-se que esse Estado apresentou um saldo migratório

negativo demasiadamente reduzido para as suas estatísticas de renda. O autor adverte, então, que os componentes implícitos no fenômeno migratório devem ser considerados na equalização espacial dos diferenciais de renda, uma vez que a diversificação entre setores produtivos que pagam altos e baixos salários pode enfraquecer a relação esperada entre níveis médios de renda e migração líquida, em uma dada região.

A alternativa metodológica apresentada por Sjaastad é considerar a migração estritamente sob o prisma da alocação de recursos e tratá-la como um investimento que incrementa a produtividade do recurso humano. Segundo esse autor, os investimentos complementares no agente humano - que dependem da estrutura de mercado, mobilidade de recursos e políticas tributárias - são tão importantes quanto o próprio processo migratório.

Em outra abordagem, proposta por LEE (1980), em 1966, a questão da migração é discutida em função dos seguintes fatores:

- 1º) Condições do local de origem;
- 2º) Condições do local de destino;
- 3º) Existência de obstáculos intervenientes entre origem e destino; e
- 4º) Fatores pessoais.

Os migrantes que respondem a fatores 'positivos' do local de destino formam um fluxo migratório de alta qualidade. Os migrantes que respondem a fatores 'negativos' do local de origem formam, por sua vez, um fluxo de baixa qualidade. De acordo com a magnitude dos obstáculos - fatores intervenientes

- ao fluxo de alta qualidade, constituir-se-á um processo de 'seletividade positiva', uma vez que, em última instância, o que define essa seleção são as condições presentes no local de destino. Lee esboça um marco teórico no qual a migração aparece como um processo social de seleção, ou seja, a mobilidade espacial descortina-se como um processo de mobilidade social.

De acordo com as considerações de Lee, a migração manifesta-se na forma de fluxos, configurando-se, antes de tudo, como um fenômeno social. Em contraposição a Sjaastad, Lee considera que a migração não é necessariamente um ato racional ao nível da decisão individual.

Mas tanto Sjaastad quanto Lee consideram que a migração - seja no contexto agregado de fluxos, seja no contexto da decisão individual - é definida pelo diferencial espacial de renda. A migração tem a função de conservar - ou elevar - o nível de renda pessoal, ao mesmo tempo em que é um mecanismo de homeostase dos diferenciais salariais regionais, mantendo os níveis de remuneração adequados para o funcionamento da economia como um todo.

Como se vê, a unidade de análise e a (ir)racionalidade que move os indivíduos apresentam-se como questões essenciais para o entendimento ampliado do fenômeno migratório. A partir dos anos 70, os enfoques neoclássico e histórico-estrutural, utilizando abordagens diversas no que diz respeito à unidade de análise e aos determinantes da decisão individual de migrar, vão marcar a cena do desenvolvimento teórico sobre migração.

O enfoque utilizado por TODARO (1980), em 1969, - importante representante da abordagem neoclássica - alia a

análise individual aos desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho rural e urbano, partindo da hipótese de que a migração é um fenômeno econômico. Para o migrante ela constitui-se como uma decisão perfeitamente racional, que se efetiva em resposta a um diferencial favorável percebido na remuneração esperada no mercado de trabalho urbano vis à vis a ocupação rural e à probabilidade de obtenção de emprego no destino. Nesse sentido, as migrações internas têm papel fundamental para o funcionamento de uma economia capitalista, na medida em que extraem do setor rural a força de trabalho demandada pelos setores onde a produtividade marginal é positiva. No entanto, segundo Todaro, a oferta de mão-de-obra tende a ser maior que a oferta de emprego, tanto no setor industrial quanto no de serviços.

O que pode parecer um paradoxo, é, para esse autor, perfeitamente compreensível. Taxas de migração superiores às taxas de crescimento da oportunidade de emprego urbano não só são possíveis e racionais, como até prováveis, em face dos amplos diferenciais de renda rural-urbana esperados. As elevadas taxas de desemprego urbano são o resultado inevitável do desequilíbrio nas oportunidades econômicas entre as áreas urbanas e rurais nos países menos desenvolvidos. Uma decisão individual determinada pela possibilidade virtual de se obter maior remuneração gera um desequilíbrio estrutural entre as forças de oferta e demanda por trabalho no mercado urbano.

Percebe-se, nessa breve exposição, duas características básicas da abordagem neoclássica: a unidade de análise do estudo é o indivíduo, e a decisão individual de migrar é

perfeitamente racional. A despeito da existência de desemprego urbano aberto substancial, a persistência de um fluxo migratório rural-urbano continua representando uma escolha economicamente racional por parte do migrante individual em uma situação de salários artificialmente altos (TODARO, 1969).

No contexto do enfoque histórico-estrutural, no entanto, o indivíduo não é senhor de autonomias. As migrações internas são historicamente condicionadas e fazem parte de um contexto global de mudança dentro do processo de industrialização, configurando-se como mecanismo de redistribuição espacial da população, que se adapta ao rearranjo das atividades econômicas.

Em trabalho realizado em 1973, SINGER (1980) afirma que a aglomeração espacial da atividade industrial é o resultado da necessidade de infra-estrutura, bem como de economias externas e de escala. Essa concentração tende a atrair população das áreas próximas. A manifestação desse processo reflete-se na urbanização, consequência atávica da crescente especialização e complementaridade das atividades industriais. Assim como a concentração de capital tende a ultrapassar os limites mínimos impostos pela tecnologia industrial, a concentração espacial tende a ser muito maior que a decorrente das necessidades técnicas do processo produtivo.

No capitalismo, a ampla transferência de atividades e pessoas do campo para a cidade, consequência do processo de industrialização, tende a favorecer algumas regiões do país, essencialmente os grandes centros urbanos. Assim, a criação de

desigualdades regionais é o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização.

Segundo Singer, parte dos determinantes da migração manifestam-se como mecanismos de expulsão e podem ser classificados em dois tipos:

- 1º) Fatores de mudança: são decorrentes da introdução de relações de produção capitalistas nas áreas rurais, acarretando a expropriação de camponeses, agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho; e
- 2º) Fatores de estagnação: manifestam-se sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre as áreas cultiváveis disponíveis, que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável quanto pela monopolização de grande parte da mesma.

Segundo esse enfoque, se os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, são os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos e as áreas para as quais eles se destinam.

Dentre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho. Essa demanda deve ser entendida não apenas como a necessidade de mão-de-obra gerada pelas empresas industriais, mas também como a resultante da expansão dos serviços. Constitui-se como uma fonte de "oportunidades econômicas", que configuram-se como fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração maior do que o migrante obteria em sua região de origem.

Nesse contexto, a migração é determinada pelo padrão de desenvolvimento da sociedade e, portanto, pela sua estrutura de produção. Para a abordagem histórico-estrutural, os fatores que tornam a vida precária em regiões essencialmente rurais também são determinantes da migração. Se, por um lado, há uma dinâmica vinculada à existência de "oportunidades econômicas" que atraem o migrante, existe também uma dinâmica expulsora que o expelle de seu locus produtivo. Na medida em que as condições de produção são modificadas, não há como competir com estruturas produtivas mais eficientes, não restando outra saída a uma determinada camada da sociedade que não seja a migração.

No caso brasileiro, é importante compreender a questão migratória inserida no contexto das transformações recentes do País. Nesse sentido, a industrialização e a conseqüente concentração urbana, bem como a existência de 'fronteiras agrícolas', desempenharam papel fundamental. Sem ter em mente as mudanças sócio-econômicas subjacentes ao desenvolvimento industrial e à ocupação de seu interior, o estudo e a compreensão das migrações internas pode deparar-se com sérios obstáculos.

A abordagem neoclássica, ao focar as migrações em um contexto de equalização regional de salários, sem considerar as determinações políticas, sociais e econômicas engendradas no desenrolar da história do País, apresenta limitações para a compreensão do fenômeno migratório no âmbito de fluxos.

Por outro lado, a abordagem histórico-estrutural vincula, hierarquicamente, a migração - em especial a rural-urbana - ao processo de industrialização retardária da América Latina. Os

padrões migratórios devem ser analisados sob o prisma das transformações das forças produtivas que afetam diferencialmente as diversas classes sociais (WOOD, 1982).

Para esse autor, o desafio maior, implícito nessa abordagem, diz respeito "...à falta de continuidade conceitual entre a unidade de análise (sistema de produção e classes) e o que está sendo explicado (movimento de pessoas). Não há, necessariamente, correlação entre o destino de uma determinada categoria social e a propensão individual a migrar" [p.307]. A ausência de instrumentos que permitam analisar os determinantes que estão por trás da decisão individual de migrar é, portanto, uma limitação conceitual importante do modelo histórico-estrutural.

Ao analisar comparativamente as abordagens neoclássica e histórico-estrutural, Wood ressalta que, dentre as diversas diferenças entre ambas, o nível de análise é de especial relevância. O modelo neoclássico tem como elemento principal o cálculo racional do indivíduo, ao passo que o modelo histórico-estrutural "...só pode ser examinado no contexto da análise histórica das transformações estruturais engendradas a partir de uma realidade social específica" [p.302]. É essa assoberbada disparidade no nível de investigação que pode permitir, segundo Wood, a integração dos dois enfoques através da utilização de um nível intermediário de análise.

Não é objetivo desse trabalho o aprofundamento nessa possibilidade teórica, mas a idéia de integração de Wood pode ser aproveitada. O modelo histórico-estrutural oferece contribuições importantes para o entendimento das migrações

internas brasileiras na década de 70, principalmente sobre o seu sentido rural-urbano e o direcionamento para os grandes centros urbanos do País.

No caso específico da migração para a fronteira norte, no entanto, a tarefa é mais complexa. Na 'fronteira' conviveram diversos modos de produção; ao mesmo tempo em que o Estado planejou e procurou estimular a migração de pequenos proprietários, implantou também uma série de incentivos fiscais e facilidades para a aquisição de vastas propriedades por parte de grandes grupos empresariais; ao mesmo tempo em que teve características de colonização dirigida, a migração foi predominantemente de caráter 'espontâneo'.

Por esses motivos, é necessário entender os fatores que estiveram por trás da decisão de milhares de brasileiros de migrar para um espaço onde as oportunidades de trabalho, se comparadas às oportunidades oferecidas pelos grandes centros urbanos do sul e sudeste, podiam parecer menos vantajosas.

Ao tratar do papel da Região Norte na distribuição espacial brasileira e discutir o conceito de 'Fronteira', o Capítulo 3 utiliza tanto referências macroestruturais quanto procura identificar os determinantes individuais da migração inter e intra-regional da Amazônia.

3 - A REGIÃO NORTE E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Entre o início do século XIX e o início do século XX, a economia cafeeira voltada para o mercado externo foi o centro dinâmico da economia brasileira. A demanda de mão-de-obra derivada das necessidades do plantio de café foi suprida pela força de trabalho escrava até 1888. Mas, mesmo antes de abolida a escravidão, a partir de 1850, iniciou-se a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, principalmente no oeste paulista. Com o fim definitivo do regime escravocrata, em 1889, a necessidade de força de trabalho passa a ser suprida por imigrantes estrangeiros. De 1888 a 1930, com o objetivo de satisfazer as necessidades de mão-de-obra da economia cafeeira, ainda hegemônica, incentivou-se e empreendeu-se sobremaneira a imigração internacional, (BALÁN, 1973).

Desde a última década do século passado, no entanto, o dinamismo econômico nacional já começava a transferir-se do setor externo para o interno, da agricultura para a indústria, ainda que grandemente dependente dos impulsos derivados das exportações do setor primário. Essas transformações tiveram lugar nos Estados do sul-sudeste e, principalmente, em São Paulo, onde a irrupção da economia cafeeira resultou em aumentos da população, da renda, do consumo, no desenvolvimento de infra-estrutura e na acumulação de capital, fatores determinantes do surto industrial pós 1930 (BALÁN, 1973).

A transformação de São Paulo em região economicamente dominante e a concentração do poder nas mãos do núcleo político-burocrata do Estado Novo, capaz de impor suas decisões no âmbito nacional, solaparam os centros políticos regionais e as estruturas político-econômicas que impediam a transferência de recursos locais e a mobilidade espacial da população. Aliada à queda da imigração estrangeira e às necessidades de mão-de-obra tanto urbana quanto rural no Sul e no Sudeste do Brasil, essas mudanças consolidaram e deram volume às correntes migratórias internas, até então débeis - com exceção de movimentos populacionais vinculados a surtos econômicos temporários, como a extração de borracha na Amazônia e o cultivo de cacau no sul da Bahia (BALÁN, 1973).

A partir de 1930, período no qual o País consolidou sua economia industrial, assistiu-se a um aumento sem precedentes das taxas de crescimento vegetativo e à intensificação das migrações internas em direção tanto aos centros urbanos mais desenvolvidos da Região Sudeste e capitais estaduais quanto para as regiões de fronteira (BALÁN, 1973). Segundo MARTINE (1987), entre 1940 e 1980, 38,5 milhões de pessoas deslocaram-se em direção ao meio urbano ou para regiões de 'fronteira'.

Além dos fatores de atração implícitos na discussão até o momento, fatores de expulsão tiveram papel relevante na determinação dos fluxos migratórios recentes. Por trás do êxodo em direção às cidades esteve o processo de modernização da agricultura brasileira, caracterizada por limitar-se geograficamente aos Estados do sul, São Paulo e parte sul da Região Centro-Oeste, por modificar a base técnica sem alterar a

estrutura fundiária, por ter como instrumento um pacote social e tecnologicamente inadequado e, por fim, por não englobar todos os processos de trabalho na agricultura (MARTINE, 1987).

É a partir da implantação desse modelo agrícola, denominado "modernização conservadora", em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração da população em cidades cada vez maiores. Esse processo acarretou a redução do espaço físico e social do pequeno produtor nas áreas onde ocorreu. Ao manter inalteradas as estruturas produtivas rurais nas áreas estagnadas, a pressão do crescimento vegetativo só poderia ser aliviada através da migração (MARTINE, 1987).

Nesse contexto, as regiões de 'fronteira' assumiram importância inequívoca no sentido de, presumivelmente, poder arrefecer o ritmo da concentração urbana, ao atrair fluxos significativos de migrantes e permitir o aumento da produção agrícola (MARTINE, 1987).

Segundo esse autor, a partir de 1940, três movimentos em direção à 'fronteira' podem ser identificados em períodos distintos:

- 1º) Década de 40: movimento populacional em direção ao Paraná, vinculado ao deslocamento da fronteira cafeeira;
- 2º) Ocupação de espaços vazios no Mato do Grosso do Sul, Goiás e Maranhão a partir dos anos 50, acelerada pela construção de Brasília e Goiânia, bem como por inversões em construção de rodovias; e
- 3º) Intensificação da ocupação da região amazônica a partir da década de 70. Ao contrário das experiências anteriores, pela primeira vez o Estado brasileiro chamou a si a

organização do processo de ocupação e procurou efetivar o assentamento de pequenos produtores, através de programas de colonização dirigida, principalmente em Rondônia e no Mato Grosso.

Dessa forma, a distribuição da população brasileira deu-se, entre as décadas de 40 e 70, em direções opostas: de um lado, concentrando-se em áreas economicamente mais ativas e densamente povoadas e, por outro, dispersando-se através da ocupação de seu interior (MARTINE, 1987). Enquanto a participação da população das oito maiores capitais brasileiras passou de 11,0% para 18,1% entre 1940 e 1980, a população no Centro-Oeste, Norte e Maranhão aumentou de 9,6% para 14,7% (SAWYER, 1984).

Examinando a experiência do Paraná e Centro-Oeste e analisando o caso da fronteira Norte, Martine identifica a importância da 'fronteira' no sentido da incorporação de novas áreas cultiváveis, absorção de mão-de-obra rural e desconcentração populacional. Diante da experiência amazônica, no entanto, esse autor assevera que, apesar da incorporação de novas terras ter ocorrido em ritmos sem precedentes na história brasileira, a 'fronteira' mostrou-se ineficaz tanto na resolução dos conflitos nas áreas tradicionais quanto na capacidade de incrementar rapidamente a produção agrícola.

Segundo Martine, esse diagnóstico reflete-se nas seguintes características:

- 1º) Urbanização da fronteira. Ou seja, o declínio na importância da migração com destino rural nas áreas de fronteira, verificável no caso da fronteira norte;

- 2º) Redução do ritmo de crescimento na participação da 'fronteira' na produção agrícola; e
- 3º) Encurtamento do ciclo de vida da 'fronteira' refletido entre o período de atração de migrantes, estagnação e emigração verificável através da comparação da evolução dos casos acima elencados.

No Brasil, principalmente a partir da década de 50, o processo de industrialização centrado nas grandes áreas urbanas gerou um leque de oportunidades de emprego nos setores urbano e de serviços e teve, como um de seus resultados, a formação de um fluxo migratório rural-urbano intenso, principalmente para os grandes centros da Região Sudeste. Além do processo de industrialização, esse fluxo esteve relacionado com a crescente centralização política e conseqüente debilidade dos centros de poder local e estadual, com a integração do mercado nacional, através de sistemas de transportes e comunicação, e com a modernização agrícola baseada na mecanização, sem alterações conspícuas na estrutura fundiária.

Apesar desse direcionamento rural-urbano inerente ao desenvolvimento industrial nos moldes capitalistas - de acordo com o enfoque histórico-estrutural - o Brasil ainda tinha, em 1980, mais de 30% de sua população em áreas rurais. Em países com as dimensões do Brasil, essa composição entre campo e cidade é uma característica decorrente da existência de 'fronteiras' para expansão agrícola, mediada pela estrutura fundiária, progresso técnico e questões ambientais (MARTINE, 1993).

Resta saber o motivo pelo qual parcela relevante de migrantes buscou a fronteira e não o meio urbano do sul e sudeste brasileiro. Se o modelo histórico-estrutural oferece elementos para a compreensão desse processo a partir de uma perspectiva mais ampla, que trata da dinâmica produtiva de uma economia industrial, a decisão individual de migrar para um determinado meio - ou região - e não para outro, é uma questão que padece de um tratamento mais apropriado. Isto não quer dizer que é necessário aplicar aqui o modelo neoclássico padrão, mas entender, a partir das motivações sociais e individuais, as razões de determinadas decisões.

Na seção seguinte, ao discutirmos o conceito de 'Fronteira', estaremos abordando, também, a questão da motivação ao nível individual.

3.1. O Conceito de Fronteira e a Migração na Amazônia

PEREIRA (1990) contabiliza nada menos que 53 conceitos diferentes para o termo *fronteira*. "A imprecisão conceitual é uma característica das Ciências Sociais. Existem inúmeros outros conceitos não menos problemáticos. Para nós, a imprecisão conceitual é parcialmente responsável pela obsolescência das atuais 'teorias' da fronteira, especialmente das que tratam da 'fronteira brasileira'" (PEREIRA, 1990, p.17).

Não é necessário, para os objetivos desse trabalho, conceber teoricamente mais um conceito de 'fronteira'. No entanto, a discussão sobre a sua evolução teórica é fundamental para a compreensão da atração que a 'fronteira' amazônica exerceu sobre milhares de pessoas. Trata-se de dimensionar a magnitude de sua importância na questão migratória interna e contextualizar a Região Norte na discussão sobre migrações no Brasil.

Para o entendimento da elaboração do conceito de 'fronteira' e de toda a discussão realizada sobre o tema, a partir do início da década de 70, é preciso buscar em Marx as idéias básicas que alimentaram os trabalhos mais importantes realizados no Brasil¹. Segundo TORRES (1990), "as fronteiras, em termos estritamente marxistas, só podem ser compreendidas como as regiões onde as relações de produção capitalistas não tenham se estendido completamente às áreas rurais, em outras palavras, estas regiões não teriam assistido à plena constituição dos mercados de terra e trabalho" [p.11].

Esses trabalhos foram denominados 'modelos de elaboração da periferia' e "...representavam a ortodoxia dominante entre autores neo-marxistas até fins da década de 70" (GOODMAN, 1986). Sintetizadamente, pode-se dizer que estruturavam-se na idéia de permanente autoalimentação da acumulação de capital através da expansão da área cultivada, com base na abundância

¹ Entre eles:

MARTINS, J.S.. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.

VELHO, O.G.. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

FOWERAKER, J. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

de mão-de-obra e terras. A apropriação continuada do excedente produzido na fronteira seria fundamental para o processo de acumulação industrial via rebaixamento dos preços dos alimentos. Assistiria-se, assim, à constante incorporação das diversas 'fronteiras', entendidas como o locus da pequena produção, à economia nacional, através de um processo dinâmico de criação, destruição e recriação da unidade econômica camponesa.

As críticas a essa vertente deram-se a partir da constatação de que "...a predominância do modo de acumulação baseado na expropriação sucessiva de excedentes e meios de produção do campesinato de fronteira declina na medida em que a agricultura sofre um processo de 'modernização conservadora' a partir da década de 50. Como consequência desta transformação, os excedentes agrícolas dos camponeses de fronteira perdem importância relativa no abastecimento dos centros urbanos" (PEREIRA, 1990).

Cabia então uma nova formulação funcional de 'fronteira' que incorporasse as transformações mais recentes; que contemplasse não somente a transição para o capitalismo, mas a presença do capital. Das várias formas que tomou o capital na fronteira, foi abordada, *amiúde, em sua manifestação especulativa*, caracterizada pela compra de terras por empresas capitalistas, antecipando-se à ocupação camponesa. Nesse sentido, a motivação fundamental do investimento especulativo seria a obtenção de 'ganhos de fundador'². A extração desses ocorreria prospectivamente, na medida em que o preço da terra

² Este conceito foi originalmente trabalho por HILFERDING, 1985. DELGADO, 1987, aplicou-o para os investimentos em projetos agropecuários.

fosse superior ao custo privado de implantação de projetos. A sua garantia dependeria de ações do Estado por meio de incentivos e subsídios e formação de infra-estrutura (SAWYER, 1984).

Em uma primeira aproximação, PEREIRA (1990) define a 'fronteira' como sendo "o locus da obtenção de 'ganhos de fundador'" [p.25]. Mas se essa definição permite entender a 'fronteira' no âmbito do capital, não é suficiente para explicar "...todo o processo de ocupação humana das 'fronteiras', mas apenas parte de seu conteúdo sociológico. Haveria algo de específico na 'fronteira' para os grupos sociais desprovidos de controle sobre os meios de produção?" [p.26].

Apesar da propaganda oficial e da atuação do Estado em iniciativas de colonização da 'fronteira', a migração que predominou foi marcada por seu caráter espontâneo (WOOD, WILSON, 1984). Nesse sentido, pode-se assumir, a priori, que existam determinações estruturais atuando sobre a origem dos fluxos imigratórios, mas não na escolha individual do destino. Ainda que restritas, existem alternativas à 'fronteira' para um migrante potencial.

Segundo TORRES (1990), a opção por esse meio esteve vinculada a um 'projeto de autonomia' que configura-se, basicamente, como uma forma de resistência camponesa ao processo de proletarianização. A opção pela terra é uma opção pela posse dos próprios meios de produção, pelo controle da alocação de seu tempo e pela livre utilização dos frutos de seu trabalho.

Segundo esse autor, o 'projeto de autonomia' foi paulatinamente debilitado na medida em que sofreu mudanças derivadas dos processos sociais nacionais de urbanização e proletarianização. O autor entende que as condições de vida e de trabalho na 'fronteira' impuseram uma precariedade de existência muitas vezes superior às experimentadas pelos migrantes residentes nas periferias das grandes cidades.

A precariedade da vida no meio rural da 'fronteira' tem contrapartida no estabelecimento de um meio urbano também precário. Se no primeiro as formas de ocupação da terra, a inexistência de infra-estrutura e o rápido esgotamento dos recursos naturais implicavam, muitas vezes, no abandono da propriedade, o meio urbano caracterizava-se pela pobreza infra-estrutural, péssimas condições de moradia e na criação e destruição acelerada de cidades. A alternância constante entre o meio rural e urbano passa a fazer parte da forma de existência do migrante da 'fronteira' (TORRES, 1990).

Ao mesmo tempo, a homogeneização de hábitos de consumo tipicamente urbanos, cujas demandas são supridas mais facilmente nas áreas urbanas, tornavam a forma de vida, nos moldes da produção para a subsistência, insatisfatória. O autor dá o nome de "urbanização subjetiva" a esse processo e assevera que ele acaba por refletir-se em uma "urbanização objetiva": "...movimento migratório com destino urbano, fruto da busca dos novos bens e serviços necessários à reprodução dos camponeses e de sua família, bens e serviços que não puderam ser adquiridos nas áreas rurais camponesas com as rendas obtidas através da atividade agrícola tradicional" [p.112].

Amplia-se, assim, o conceito de 'projeto de autonomia'. No entanto, nessa concepção, ele seria aplicável somente aos pequenos proprietários rurais, tanto os já instalados na 'fronteira' quanto os residentes em outras regiões, e seu poder analítico seria ineficaz para a abordagem do papel da 'fronteria' no âmbito urbano nacional.

PEREIRA (1990), entende que o 'projeto de autonomia' refere-se também aos setores da "pequeno-burguesia" e "pequenos capitais", constituindo-se como um investimento na perspectiva futura de 'ganhos de fundador'. Trata-se, em menor escala, do mesmo tipo de motivação que atrai o capital para a fronteira. A resistência ao assalariamento urbano se justapõe, dessa forma, à possibilidade de emergir como um pequeno capitalista na 'fronteira'.

A descrição feita pelo autor oferece um panorama ao mesmo tempo amplo e conciso sobre essa visão da migração para a 'fronteira':

"...Para o pequeno comerciante, trata-se de escapar da concorrência devastadora dos supermercados, magazines, em suma, grupos oligopolistas do setor de comércio e obter alguma acumulação em novos mercados locais e micro-regionais. Para o profissional liberal, trata-se de evitar o assalariamento nas empresas de prestação de serviços, formar uma clientela e, talvez, criar sua própria empresa de prestação de serviços, também em escala local ou micro-regional. Para um vasto contingente da mão-de-obra excedente, em geral constituído da parcela já proletarizada do campesinato, trata-se apenas da expectativa de conquistar um grau maior de autonomia, materializada na possibilidade de se obter um lote urbano para residência, oportunidade de emprego assalariado eventual e, na melhor das hipóteses, um pequeno pedaço de terra em que se possa colher parte da necessidade alimentar" [p.28].

3.2. A Urbanização da Fronteira e o seu Fechamento Relativo

A presença de terras não ocupadas no Brasil, a formação de um contingente populacional excedente, no sentido de que ultrapassava o volume de mão-de-obra absorvível pela economia do País, e os determinantes da motivação individual constituíram-se como condições fundamentais para a gênese do processo migratório em direção às áreas de fronteira.

Reiterando o caráter recente da redistribuição espacial da população no território nacional, ressalta-se que a absorção desta deu-se em dois meios distintos: o urbano e a fronteira. Há que se levar em conta, nesse sentido, que a fronteira não é um espaço contínuo que engloba toda a Amazônia ou toda a Região Norte. O meio considerado 'fronteira' contém o meio urbano.

MARTINE (1987) usa o termo "fechamento da fronteira" para referir-se ao fato de que as alternativas para os excedentes rurais tornaram-se muito reduzidas. Se os processos de expulsão via mudança e estagnação afetaram as áreas agrícolas tradicionais, também o fizeram na região amazônica. A valorização das novas terras, a especulação e a distribuição de vastas áreas a grandes empresas, sob a alegação de que elas eram capazes de empreender uma exploração mais racional da Amazônia, tiveram como resultado um relativo fechamento da fronteira ao pequeno produtor.

SAWYER (1987) procura analisar a urbanização da fronteira no âmbito nacional desse processo. Além do menor acesso à terra e da modernização parcial da agricultura, esse autor inclui a

necessidade de serviços urbanos da agricultura moderna, os novos padrões de consumo da população rural brasileira, o acesso a serviços de consumo urbanos e o menor acesso à propriedade e emprego nas grandes cidades, como fatores determinantes da urbanização. Esse último fator seria responsável pela procura de áreas urbanas em cidades menores. Segundo Sawyer, para uma análise regional poder-se-ia considerar Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Belém e Santarém como casos de crescimento característicos de regiões metropolitanas, em contraposição ao crescimento das cidades médias e pequenas.

Todas essas causas, em graus diferentes, estiveram atuando também na fronteira. O autor chama a atenção, porém, para a diversidade dos efeitos quando as chamadas áreas de urbanização pioneira são comparadas com as áreas já ocupadas: "O crescimento em volta de cidades grandes, ou dentro de uma malha urbana, ou seja, a simples extensão da urbanização já existente, difere fundamentalmente da implantação de cidades novas no meio do sertão ou da selva. A nível dos resultados e dos problemas, o urbano periférico distingue-se nitidamente da periferia urbana" [p.52]. No primeiro caso, como discutido anteriormente, predominaria a precariedade das condições de ocupação e de infra-estrutura; no segundo, existiria um descompasso entre a acumulação populacional e a base econômica.

Para Sawyer, a urbanização da fronteira foi consequência imediata da migração. Analisando o crescimento das populações urbana e rural das micro-regiões da fronteira amazônica, o autor constata que, no primeiro caso, somente Rondônia, norte

do Mato Grosso e sul Pará experimentaram taxas acima do crescimento vegetativo. Ressalva, no entanto, que, nesses casos, a base populacional inicial era pequena e, conseqüentemente, o crescimento absoluto teve dimensões reduzidas. Quanto ao aumento populacional urbano, o autor constata que as taxas foram muito altas em toda a área de fronteira.

Diante desse quadro, Sawyer vaticina que "... a fronteira agrícola tornou-se uma fronteira urbana. Não se trata apenas de urbanização 'na' fronteira, mas de uma verdadeira urbanização 'da' fronteira" [p.46].

Concebida inicialmente como local de absorção de excedentes rurais que dirigir-se-iam para destinos preferencialmente rurais, a fronteira amazônica - e a Região Norte - constituiu-se, nos anos 70, também como área de absorção de população urbana. Para o melhor entendimento desse processo, faz-se necessário ter em mente a evolução econômica e demográfica recente da Região. Esse é o assunto do Capítulo 4.

4 - REGIÃO NORTE: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE

Até o final da década de 50, a Região Norte teve a sua ocupação inibida principalmente pela distância que a separa dos principais núcleos econômicos do País e pelas dificuldades de povoamento colocadas pela floresta. A partir dos governos militares iniciados na década de 60, concebeu-se um projeto de ocupação da região com o objetivo de consolidar a presença brasileira no norte do País e garantir o potencial econômico de seus recursos naturais (BUARQUE, LOPES e ROSA, 1995).

Na década 60, as intervenções do Estado concretizaram-se na forma de investimentos diretos em infra-estrutura, principalmente rodovias, e de políticas de incentivo à participação do capital - privado e estatal - através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Como consequência, entre 1970 e 1985, a participação do Produto Interno Bruto (PIB) da Região passou de 2,2% do PIB brasileiro para 4,1%, crescendo 19,65% ao ano.

Principalmente devido à expansão da Zona Franca de Manaus, o setor industrial aumentou sua participação no PIB regional de 15,1% para 39,8%, ao passo que o setor agropecuário caiu de 23,6% para 16,7%. No conjunto da economia nacional, a Região Norte aumentou a sua participação tanto na produção industrial quanto na produção agrícola: de 1,1% para 4,1% e de 4,1% para 6,5%, respectivamente. A dinâmica econômica foi impulsionada, nesse período, pelos investimentos públicos em infra-estrutura,

pela atividade mineradora-metalúrgica e pelos incentivos fiscais e financeiros que atraíram o capital privado (BUARQUE, LOPES e ROSA, 1995).

Ao mesmo tempo em que viu a sua economia crescer rapidamente, a Região Norte assistiu também a uma expansão importante de sua população. A Tabela 4.1 apresenta a população da Região em 1970 e 1980, desagregada por situação domiciliar.

TABELA 4.1: População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970 e 1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	1970			1980		
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
RONDÔNIA	59.564	51.500	111.064	228.539	262.530	491.069
<i>Porto Velho</i>	47.977	36.071	84.048	199.289	221.281	420.570
ACRE	59.307	155.992	215.299	132.169	169.134	301.303
<i>Rio Branco</i>	35.578	48.399	83.977	92.304	43.757	136.061
AMAZONAS	405.831	549.404	955.235	856.617	573.472	1.430.089
<i>Manaus</i>	283.685	27.937	311.622	611.763	21.629	633.392
RORAIMA	17.481	23.404	40.885	48.734	30.425	79.159
<i>Boa Vista</i>	16.727	19.737	36.464	43.867	23.180	67.047
PARÁ	1.021.966	1.145.052	2.167.018	1.667.356	1.736.035	3.403.391
<i>Belém</i>	602.861	30.513	633.374	824.492	108.795	933.287
AMAPÁ	62.451	51.908	114.359	103.735	71.522	175.257
<i>Macapá</i>	54.740	31.357	86.097	93.132	44.319	137.451
TOTAL MUNICÍPIOS	1.041.568	194.014	1.235.582	1.864.847	462.961	2.327.808
REGIÃO NORTE	1.626.600	1.977.260	3.603.860	3.037.150	2.843.118	5.880.268
BRASIL	52.084.984	41.054.053	93.139.037	80.436.409	38.566.297	119.002.706

Fontes: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 1980.

Em 1970, a Região Norte possuía 3,9% da população brasileira. Em 1980 essa participação sobe para 4,9%. Sua população urbana representava 3,1% da população urbana do País em 1970; em 1980 passa para 3,9%. A população rural, por sua vez, aumenta sua participação de 4,8%, em 1970, para 7,4%, em 1980 (Tabela 4.2).

TABELA 4.2: Participação Relativa dos Municípios das Capitais da Região Norte na População Estadual segundo a Situação Domiciliar (%) - 1970 e 1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	1970			1980		
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
<i>Porto Velho/RO</i>	80,55	70,04	75,68	87,20	84,29	85,64
<i>Rio Branco/AC</i>	59,99	31,03	39,00	69,84	25,87	45,16
<i>Manaus/AM</i>	69,90	5,08	32,62	71,42	3,77	44,29
<i>Boa Vista/RR</i>	95,69	84,33	89,19	90,01	76,19	84,70
<i>Belém/PA</i>	58,99	2,66	29,23	49,45	6,27	27,42
<i>Macapá/AP</i>	87,65	60,41	75,29	89,78	61,97	78,43
TOTAL/REGIÃO NORTE	64,03	9,81	34,28	61,40	16,28	39,59
REGIÃO NORTE/BRASIL	3,12	4,82	3,87	3,78	7,37	4,94

Fonte: Tabela 4.1.

Com relação à participação dos municípios das capitais na população da Região Norte, observa-se que, no conjunto, ela subiu de 34,3% para 39,6%, entre 1970 e 1980. Esse incremento deu-se, principalmente, através do aumento da participação da população rural. A população urbana das capitais, apesar de constituir mais da metade da população urbana da Região Norte em ambos os momentos, caiu de 64,0%, em 1970, para 61,4%, em 1980 (Tabela 4.2).

O aumento da participação da população rural dos municípios das capitais na população rural total da Região Norte pode ser observado através da distribuição populacional segundo o quadro domiciliar, apresentada na Tabela 4.3. Em um movimento contrário às tendências nacional e regional, entre 1970 e 1980, a população rural aumentou sua participação de 15,7% para 19,9%. Porto Velho e Belém foram os municípios nos quais a participação urbana decresceu no período.

TABELA 4. 3: Distribuição da População dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970 e 1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	1970		1980	
	% Urbano	% Rural	% Urbano	% Rural
RONDÔNIA	53,63	46,37	46,54	53,46
<i>Porto Velho</i>	57,08	42,92	47,39	52,61
ACRE	27,55	72,45	43,87	56,13
<i>Rio Branco</i>	42,37	57,63	67,84	32,16
AMAZONAS	42,48	57,52	59,90	40,10
<i>Manaus</i>	91,03	8,97	96,59	3,41
RORAIMA	42,76	57,24	61,56	38,44
<i>Boa Vista</i>	45,87	54,13	65,43	34,57
PARÁ	47,16	52,84	48,99	51,01
<i>Belém</i>	95,18	4,82	88,34	11,66
AMAPÁ	54,61	45,39	59,19	40,81
<i>Macapá</i>	63,58	36,42	67,76	32,24
TOTAL MUNICÍPIOS	84,30	15,70	80,11	19,89
REGIÃO NORTE	45,13	54,87	51,65	48,35
BRASIL	55,92	44,08	67,59	32,41

Fonte: Tabela 4.1.

Para avaliar a magnitude do aumento da participação da população rural nos municípios das capitais, é preciso dimensioná-lo. A Tabela 4.4 apresenta as taxas médias de crescimento anual da população das unidades analisadas, segundo a situação domiciliar.

Observa-se que o conjunto dos municípios das capitais apresentou uma taxa média de crescimento rural acima de sua taxa urbana e bem superior à taxa média da Região Norte. Nesse aspecto, Porto Velho foi o caso mais notável. Contudo, mesmo com incrementos rurais explosivos, suas taxas de crescimento urbano foram bastante elevadas.

TABELA 4. 4: Taxas de Crescimento Médio Anual da População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar 1970/1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	Taxas de Crescimento Anual (%)		
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
RONDÔNIA	14,39	17,69	16,03
<i>Porto Velho</i>	15,30	19,89	17,47
ACRE	8,34	0,81	3,42
<i>Rio Branco</i>	10,00	-1,00	4,94
AMAZONAS	7,76	0,43	4,12
<i>Manaus</i>	7,99	-2,53	7,35
RORAIMA	10,80	2,66	6,83
<i>Boa Vista</i>	10,12	1,62	6,28
PARÁ	5,02	4,25	4,62
<i>Belém</i>	3,18	13,56	3,95
AMAPÁ	5,21	3,26	4,36
<i>Macapá</i>	5,46	3,52	4,79
TOTAL MUNICÍPIOS	6,00	9,09	6,54
REGIÃO NORTE	6,44	3,70	5,02
BRASIL	4,44	-0,62	2,48

Fonte: Tabela 4.1.

Outro caso que salta aos olhos, pela taxa de crescimento de sua população rural, é Belém. Com uma taxa urbana modesta, sua parte rural ascendeu 13,6% ao ano. Ressalta-se, no entanto, as reduzidas dimensões iniciais de sua base populacional rural³.

Nos Estados⁴, com exceção de Rondônia, e demais municípios, as taxas de crescimento da população urbana foram superiores às taxas rurais, com diferenças significativas principalmente no Acre, Amazonas, Roraima, e nas respectivas capitais.

³ Em 1970 a população rural de Belém era de 30.513, correspondendo a 4,8% do total.

⁴ A partir desse momento o termo Estado será utilizado para designar também as Unidades da Federação constituídas como Territórios em 1980.

Resta ver o que isso representou em termos absolutos. A Tabela 4.5 apresenta os números e dá uma dimensão mais exata do que ocorreu na Região Norte, seus estados e suas capitais.

TABELA 4.5: Crescimento Absoluto da População dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1970/80

ESTADOS MUNICÍPIOS	1970/1980			Dist. do Cresc. Absol. por Setor (%)	
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Urbano	Rural
RONDÔNIA	168.975	211.030	380.005	44,47	55,53
<i>Porto Velho</i>	151.312	185.210	336.522	44,96	55,04
ACRE	72.862	13.142	86.004	84,72	15,28
<i>Rio Branco</i>	56.726	-4.642	52.084	108,91	-8,91
AMAZONAS	450.786	24.068	474.854	94,93	5,07
<i>Manaus</i>	328.078	-6.308	321.770	101,96	-1,96
RORAIMA	31.253	7.021	38.274	81,66	18,34
<i>Boa Vista</i>	27.140	3.443	30.583	88,74	11,26
PARÁ	645.390	590.983	1.236.373	52,20	47,80
<i>Belém</i>	221.631	78.282	299.913	73,90	26,10
AMAPÁ	41.284	19.614	60.898	67,79	32,21
<i>Macapá</i>	38.392	12.962	51.354	74,76	25,24
TOTAL MUNICÍPIOS	823.279	268.947	1.092.226	75,38	24,62
REGIÃO NORTE	1.410.550	865.858	2.276.408	61,96	38,04
BRASIL	28.351.425	-2.487.756	25.863.669	109,62	-9,62

Fonte: Tabela 4.1.

Apesar do incremento significativo da população rural, o aumento da população urbana, da Região Norte como um todo, foi superior. Os municípios analisados exerceram papel relevante nessa evolução, contribuindo com 58,4% do crescimento urbano e 31,1% do crescimento rural.

Rondônia e Porto Velho, a despeito do reconhecido incremento rural, apresentaram uma expansão da população urbana de magnitude também explosiva, conforme visto na Tabela 4.3. Belém, no que diz respeito a sua população rural, mostra que,

apesar das altas taxas, o crescimento absoluto urbano foi muito superior ao rural: 73,9% contra 22,1%. Mesmo assim, chama a atenção o fato de sua população rural ter triplicado no período.

Conclui-se, portanto, a Região Norte foi caracterizada, na década de 70, por um comportamento demográfico de significado importante, com aumentos conspícuos na participação na população total do país, tanto no segmento urbano quanto rural. Assistiu a uma expansão urbana relevante, em ritmo superior à média nacional, ao mesmo tempo em que alguns de seus Estados recebiam fluxos migratórios rurais muito expressivos, produzindo uma taxa de incremento rural regional muito acima da respectiva taxa do País como um todo.

Os municípios das capitais, por sua vez, possuíam quase 40,0% da população da Região Norte em 1980. Mesmo com um volume de crescimento urbano superior, a população rural aumentou a sua participação nesses municípios, entre 1970 e 1980. Isso fez com que a taxa de incremento da população rural do conjunto dos municípios analisados fosse superior à taxa de crescimento urbano. Essa, por sua vez, ficou abaixo da média regional para os anos 70.

No processo de crescimento demográfico acelerado da Região Norte cabe ressaltar, em primeiro lugar, que, na década de 70, esta Região possuía taxas de fecundidade comparativamente mais altas que as demais Regiões do País (CARVALHO, PINHEIRO, 1986). Essa superioridade continuou prevalecendo na década de 80 (MARTINE, 1995). Segundo esse autor, deve-se ter em mente, também, que a pequena base populacional da região no início do

período analisado tornou os fluxos migratórios que para lá se dirigiram extremamente significativos. Para outras regiões brasileiras - como o Sudeste - poderiam ser pouco importantes ou mesmo passar despercebidos.

Apesar de não ser objetivo específico dessa dissertação, é importante conhecer alguns aspectos da continuidade do comportamento demográfico da Região Norte e dos municípios selecionados no período posterior à década de 70. A população dos estados da Região e dos municípios das capitais, em 1991, é apresentada na Tabela 4.6.

TABELA 4.6: População em 1991 e Crescimento Absoluto dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar - 1980/91

ESTADOS MUNICÍPIOS	População - 1991			Crescimento Absoluto - 1980/1991		
	Urbana	Rural	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
RONDÔNIA	659.237	473.365	1.132.602	430.698	210.835	641.533
<i>Porto Velho</i>	578.175	384.457	962.632	378.886	163.176	542.062
ACRE	258.520	159.198	417.718	126.351	-9.936	116.415
<i>Rio Branco</i>	179.314	51.086	230.400	87.010	7.329	94.339
AMAZONAS	1.502.754	600.489	2.103.243	646.137	27.017	673.154
<i>Manaus</i>	1.006.585	4.916	1.011.501	394.822	-16.713	378.109
RORAIMA	140.818	76.565	217.383	92.084	46.140	138.224
<i>Boa Vista</i>	125.880	50.246	176.126	82.013	27.066	109.079
PARÁ	2.596.388	2.353.672	4.950.060	929.032	617.637	1.546.669
<i>Belém</i>	849.187	395.502	1.244.689	24.695	286.707	311.402
AMAPÁ	234.131	55.266	289.397	130.396	-16.256	114.140
<i>Macapá</i>	199.863	31.365	231.228	106.731	-12.954	93.777
TOTAL MUNICÍPIOS	2.939.004	917.572	3.856.576	1.074.157	454.611	1.528.768
REGIÃO NORTE	5.391.848	3.718.555	9.110.403	2.354.698	875.437	3.230.135
BRASIL	110.990.990	35.834.485	146.825.475	30.554.581	-2.731.812	27.822.769

Fontes: IBGE, Censos Demográficos, 1980 e 1991.

Em 1991, a Região Norte participava com 6,2% da população brasileira (contra 4,9% em 1980). A sua população urbana

representava 4,9% (3,9% em 1980) da população urbana do País e a rural, 10,4% de seu segmento nacional (7,4% em 1980) (Tabela 4.6).

Os municípios das capitais, por sua vez, representavam, em 1991, 42,3% da população total da Região - contra 39,6% em 1980. Em relação a essa participação, desagregada por situação domiciliar, os municípios selecionados possuíam 54,5% da população urbana regional em 1991 (contra 61,4% em 1980) e 24,7% da população rural (contra 16,3% em 1980) (Tabelas 4.1 e 4.6). Seguindo a tendência da década anterior, a participação da população urbana desses municípios no total da população urbana da Região, decresceu⁵.

As taxas de crescimento apresentadas na Tabela 4.7 demonstram que a Região Norte manteve, durante a década de 80, um crescimento populacional relativamente elevado, bem superior à média do País. Seguindo a tendência nacional, a população do Norte concentrou-se ainda mais em áreas urbanas, onde encontravam-se 59,2% de seus habitantes em 1991 (contra 51,7% em 1980).

A taxa de crescimento populacional rural do conjunto das capitais estaduais foi, novamente, superior à taxa de crescimento urbano, mantendo a mesma proporção da década anterior. A distribuição da população entre área urbana e rural denota esse fato. A participação da população urbana caiu de

⁵ Vale lembrar que trata-se da Região Norte tal como definida em 1980. O Estado do Tocantins, criado em 1988, não está incluído. Além disso, a referência territorial dos municípios de Porto Velho e Rio Branco utilizadas nesse trabalho são de 1970. Porto Velho representava mais da metade da extensão de Rondônia naquele ano. Os demais municípios têm como referência territorial as suas fronteiras de 1980. As razões desse procedimento serão apresentadas no Capítulo 5.

80,1% para 75,6%. Cabe ressaltar, além da base geográfica utilizada para Porto Velho e Rio Branco, que a base populacional rural era relativamente reduzida em 1980, significando 19,9% da população total dos municípios das capitais.

TABELA 4. 7: Taxas de Crescimento Médio Anual no Período 1980/91 e Distribuição da População dos Estados e dos Municípios das Capitais da Região Norte segundo a Situação Domiciliar em 1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	Taxas de Crescimento Anual (%)			Dist. da Pop. segundo a Sit. Dom.(%)	
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Urbano	Rural
RONDÔNIA	10,11	6,07	8,72	58,21	41,79
<i>Porto Velho</i>	10,17	5,68	8,63	60,06	39,94
ACRE	6,29	-0,60	3,32	61,89	38,11
<i>Rio Branco</i>	6,22	1,56	5,41	77,83	22,17
AMAZONAS	5,24	0,46	3,93	71,45	28,55
<i>Manaus</i>	4,63	-13,77	4,79	99,51	0,49
RORAIMA	10,13	9,67	10,63	64,78	35,22
<i>Boa Vista</i>	10,06	8,04	10,14	71,47	28,53
PARÁ	4,11	3,09	3,82	52,45	47,55
<i>Belém</i>	0,27	13,78	2,92	68,22	31,78
AMAPÁ	7,68	-2,55	5,14	80,90	19,10
<i>Macapá</i>	7,19	-3,40	5,34	86,44	13,56
TOTAL MUNICÍPIOS	4,22	6,42	4,70	76,21	23,79
REGIÃO NORTE	5,36	2,47	4,06	59,18	40,82
BRASIL	2,97	-0,67	1,93	75,59	24,41

Fonte: Tabela 4.6.

Belém foi o único município, no período, com taxas de crescimento urbano inferior às taxas rurais e incremento da participação da população rural no total do município. Na verdade, a população urbana de Belém cresceu muito pouco, passando de 824.492, em 1980, para 848.187, em 1991 (Tabela 4.6). Sua população rural, no entanto, triplicou - tal qual na

década anterior, quando passou de 108.795, em 1970, para 395.502, em 1980.

O caso de Belém é instigante. Segundo MARTINE (1995), no período 1980-1991, todas as Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras, com exceção da RM de Belém, apresentaram taxas de crescimento dos municípios periféricos significativamente superiores à taxa do município núcleo. Belém pode ter perdido importância relativa na estrutura urbana do Pará, e, mesmo, da Região Norte. Outra explicação pode ser a saturação do espaço físico da capital paraense. Nessa hipótese, o limite da saturação já estava próximo em 1980.

É preciso destacar, ainda, que, entre 1980 e 1991, os Estados do Roraima e Amapá foram os únicos a apresentarem taxas de crescimento populacional total superiores à década anterior. Com relação aos municípios das capitais, isso ocorreu em Rio Branco, Boa Vista e Macapá.

Através dessa discussão, constata-se que a Região Norte, nos anos 80, destacou-se novamente pelo seu dinamismo demográfico, caracterizando-se por apresentar o crescimento populacional total mais elevado do País, além de ter sido a única Região com crescimento significativo da população rural (MARTINE, 1993). Apesar disso, o crescimento urbano deu-se em um ritmo mais acelerado do que o rural, particularmente no Acre, Amazonas e Amapá. Nesse sentido, os municípios das capitais seguiram um caminho contrário. A participação da população rural na população total das seis aumentou em relação à década anterior.

Para MARTINE (1995), os fluxos migratórios para a Região Norte, na década de 80, reduziram-se em relação à década anterior, mas ainda assim elevaram as taxas de crescimento pelo fato da base populacional regional continuar a ser relativamente pequena.

Através dessa discussão sobre a evolução demográfica recente da Região Norte, com ênfase na década de 70, corrobora-se a importância provável da migração e dos seis municípios das capitais para a dinâmica demográfica da Região Norte como um todo. Se as altas taxas de crescimento da fronteira nos anos 70 estiveram ligadas à presença de terras disponíveis e, ao mesmo tempo, ao processo de urbanização regional, e se esses fatores foram, em larga medida, determinados pelos fluxos migratórios inter e intra-regionais, então, a análise do papel da migração na evolução demográfica da Região Norte se torna essencial.

Nessa dissertação, a migração na Região Norte e municípios selecionados é abordada sob dois ângulos. Em um primeiro momento, analisam-se os saldos migratórios e os seus efeitos sobre o crescimento demográfico (Capítulo 6). Em seguida, são focalizados os fluxos migratórios de forma a contemplar mais especificamente a imigração intraestadual e interestadual, destacando-se as situações de procedência urbana e rural (Capítulo 7).

Os conceitos, a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados com estes fins serão apresentados, a seguir, no Capítulo 5.

5 - CONCEITOS, FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

Considerando migrante todo o indivíduo que transferiu residência entre municípios ou entre situações domiciliares dentro do mesmo município, o Censo Demográfico de 1980 incluiu, ao contrário dos Censos de 1960 e 1970, quesitos que permitem a identificação do município e a Unidade da Federação (UF) de residência anterior, caso o indivíduo residisse no local pesquisado há menos de 10 anos. Incluiu, ainda, uma questão para caracterizar a Situação Domiciliar no local de origem. Consequentemente, com o acesso à fita magnética da Amostra de 25% do Censo, tornou-se possível o estudo das migrações internas no âmbito municipal.

Essa é a potencialidade do Censo Demográfico de 1980 explorada neste trabalho: elaborar o quadro migratório dos Estados e municípios das capitais da Região Norte na década de 70. Para tanto, foram estimados dois tipos de informação: os saldos migratórios municipais na década e o número de imigrantes com destino aos municípios em questão. Esses indicadores serão analisados juntamente com os saldos migratórios estaduais (CARVALHO e FERNANDES, 1991) e o número de imigrantes com destino aos estados da Região Norte.

5.1. Mensuração Indireta

Os saldos migratórios municipais foram obtidos por mensuração indireta, através da Técnica das Relações Intercensitárias de Sobrevivência do País Ajustadas aos Níveis Regionais de Mortalidade (RIS). Essas estimativas têm a característica de serem informações relativas a estoque, ou seja, indicam a quantidade de pessoas que uma população perde ou ganha em um determinado período de tempo devido à migração.

Dadas a população em uma data censitária e as funções de fecundidade e mortalidade do período intercensitário, a técnica consiste em estimar a população esperada na data do censo seguinte, utilizando o pressuposto de que a população seja fechada. A diferença entre a população observada e a esperada no segundo censo corresponderá à estimativa do saldo migratório do período.

Dados dois censos, a população observada no segundo censo, na ausência de fluxos migratórios no período intercensitário, deve ser aquela sobrevivente do primeiro censo mais os sobreviventes dos nascimentos ocorridos no período entre os censos. Qualquer diferença seria consequência direta ou indireta de movimentos migratórios, se não houver erros de declaração, se a cobertura censitária for perfeita nos dois censos e se as funções de fecundidade e mortalidade utilizadas forem as realmente experimentadas pela população do primeiro censo, durante o período intercensitário (CARVALHO, 1981).

Para a população acima de 10 anos, a diferença entre população observada e esperada corresponderá aos efeitos diretos da migração. A população esperada, portanto, será dada pela seguinte relação:

$$\overline{mP}_x^n = mP_{x-n}^0 * mS_{x-n}$$

Isso significa que a população esperada com idade $x, x+m$ no ano n será dada pelo produto entre a população observada no ano 0 com idade $x-n, x+m-n$ e a probabilidade de sobrevivência entre os grupos etários $x-n, x+m-n$ e $x, x+m$.

O saldo migratório será fornecido pela diferença entre a população esperada no grupo etário $x, x+m$ e a população observada do mesmo grupo etário no segundo censo:

$$mSM_x = mP_x^n - \overline{mP}_x^n$$

Para as idades abaixo de 10 anos, a migração é explicada tanto pelo efeitos diretos quanto pelos efeitos indiretos. Se, dado um período intercensitário de 10 anos, houve igualdade entre a população esperada e observada acima de 10 anos e saldo positivo ou negativo na população abaixo de 10 anos, então ocorreu fluxo migratório nulo acima de 10 anos e os efeitos diretos e indiretos causaram o saldo positivo ou negativo na população abaixo de 10 anos (CARVALHO, 1981).

O efeito direto corresponde ao saldo migratório da população até 10 anos. O efeito indireto deve-se às crianças

filhas de imigrantes nascidas durante o período intercensitário no local de destino, que sobreviveram até à época do segundo censo e não emigraram, e crianças filhas de emigrantes nascidas no local de destino, que não retornaram à região pesquisada e sobreviveram até o segundo censo (CARVALHO, 1981).

Para calcular o saldo migratório da população com idade inferior à amplitude do período intercensitário, incluídos o efeitos indiretos, utilizaram-se os procedimentos propostos por LEE⁶ (1957), citado por CARVALHO (1985):

$$\begin{aligned} {}_5SM_{0,m} &= {}_5RCM_{0,m} * {}_{30}SM_{15,f} \\ {}_5SM_{0,f} &= {}_5RCM_{0,f} * {}_{30}SM_{15,f} \\ {}_5SM_{5,m} &= {}_5RCM_{5,m} * {}_{30}SM_{20,f} \\ {}_5SM_{5,f} &= {}_5RCM_{5,f} * {}_{30}SM_{20,f} \end{aligned}$$

onde:

$$\begin{aligned} {}_5RCM_{0,m} &= \frac{{}_5P_{0,m}}{{}_{30}P_{15,f}} \\ {}_5RCM_{0,f} &= \frac{{}_5P_{0,f}}{{}_{30}P_{15,f}} \\ {}_5RCM_{5,m} &= \frac{{}_5P_{5,m}}{{}_{30}P_{20,f}} \\ {}_5RCM_{5,f} &= \frac{{}_5P_{5,f}}{{}_{30}P_{20,f}} \end{aligned}$$

Essas relações significam que o saldo migratório (SM) dos grupos etários 0-4 anos e 5-9 anos de idade são dados pela resultado da multiplicação da relação crianças-mulheres (RCM), de cada um desses grupos, pelo saldo migratório feminino entre

⁶ LEE, E.S, et al. **Population redistribution and economic growth, United States, 1870-1950.** The American Philosophical Society, Philadelphia, v.I.

15 e 44 anos e 20 e 49 anos, respectivamente. A RCM para o grupo etário de 0-4 anos é fornecida pela relação entre a população com 0-4 anos e a população feminina entre 15 e 44 anos. A RCM do grupo 5-9 anos, por sua vez, é dada pela relação entre a população entre 5-9 anos e a população feminina entre 20 e 49 anos de idade.

Os efeitos diretos da migração na população entre 0 e 4 anos são obtidos através da aplicação do coeficiente de 0,25. Para o grupo etário de 5-9, o coeficiente utilizado é de 0,75.

Por fim, as taxas líquidas de migração serão estimadas através da relação entre o saldo migratório e a população observada no segundo censo:

$${}_{m}TLM_x = \frac{{}_mSM_x}{{}_mL_x^n}$$

Se a população de um determinado país pode ser considerada fechada, como era o caso do Brasil na década de 70, pode-se usar as Relações Intercensitárias de Sobrevivência referentes a população com 10 anos ou mais de idade no segundo censo. No entanto, é necessário ajustar as relações nacionais aos níveis regionais de mortalidade (CARVALHO, 1981). O ajustamento da relação de sobrevivência é efetuado através da aplicação da razão entre a relação de sobrevivência da tabela de mortalidade regional e a relação de sobrevivência nacional sobre a RIS do País. Logo, é necessário que se disponha de tabelas de sobrevivência tanto da região em estudo quanto do país em que ela está inserida.

A elaboração dessas tabelas foi efetuada através da Técnica dos Filhos Sobreviventes para estimar a mortalidade infanto-juvenil e da utilização de um padrão de mortalidade adequado. Os dados básicos para a aplicação da RIS - filhos tidos nascidos vivos, nascimentos no ano anterior à data do censo e filhos sobreviventes - foram obtidos na Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980. As funções de sobrevivência publicadas por CARVALHO e PINHEIRO (1986) foram utilizadas como padrão.

A população de cada município, por sexo e grupo etário quinquenal, foi extraída dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. No Censo de 1970, a apresentação da população por sexo e idade entre 40 e 69 anos é feita em grupos decenais. Para desagregá-los, foi utilizada como padrão a distribuição interna estadual de cada um desses grupos na UF como um todo.

5.2. Mensuração Direta

As informações sobre a origem e a situação domiciliar dos imigrantes interestaduais dos Estados e imigrantes inter e intraestaduais dos municípios das capitais da Região Norte foram obtidas através dos quesitos censitários que indicam o Estado, o município e a situação domiciliar⁷ referentes à

⁷ Foram utilizadas as definições oficiais dos censos demográficos de 1970 e 1980. Em 1970 “considerou-se população urbana a recenseada nas Cidades e Vilas (Quadros urbano e suburbano); a população rural constituiu-se da recenseada fora dos limites das Cidades e Vilas”. Em 1980, “a população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na ‘situação urbana’ consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas, e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais vigentes em 31 de

última residência dos imigrantes que viviam há menos de 10 anos no município em que se encontravam no momento do censo de 1980. Trata-se, portanto, somente da última etapa migratória dentro da década.

Deve-se ter em mente que os conceitos de migrante implícitos nas mensurações indireta e direta divergem entre si. Através da mensuração direta, obtém-se a informação sobre a última etapa migratória dentro do período intercensitário. Assim, todo o indivíduo que se transferiu para o local onde está sendo efetuado o recenseamento, dentro do período de tempo compreendido entre o segundo e o primeiro censo, será contabilizado como imigrante. Portanto, o indivíduo que saiu e retornou à região analisada dentro da década será caracterizado como imigrante.

5.3. Base Geográfica

Para que essas técnicas sejam aplicadas e as estimativas elaboradas configurem-se como informações fidedignas sobre a região estudada, a base geográfica deve ser a mesma nos dois momentos considerados. De outra forma, estaríamos nos referindo a diferentes espaços em momentos distintos no tempo, o que implicaria em estimativas distorcidas.

O município de Porto Velho, por exemplo, representava, em 1970, mais da metade do Estado de Rondônia. Em 1980, o seu

agosto de 1980; a 'situação rural' abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc)".

território estava reduzido a 1/3 do original. Problema semelhante, em proporções menores, ocorreu com o município de Rio Branco, no Acre.

Levando-se em conta a apresentação dos dados censitários nos dois censos trabalhados, optou-se por retornar à base geográfica do censo de 1970⁸. Para estimar o saldo migratório de Porto Velho, na década de 70, foi necessário agregar os dados básicos dos municípios de Ariquemes, Cacoal, Ji-paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, excluindo-se os dados do distrito de Colorado desse último município (ANEXO 2, Mapas A.2.1 e A.2.2). Para efetuar essa exclusão, empregou-se, como padrão, as proporções da população com menos de 1 ano e de mulheres dentro do período reprodutivo do distrito de Vilhena⁹.

Com relação às informações sobre os imigrantes interestaduais de Vilhena, extraídas da amostra de 25%, a desagregação entre os distritos de Colorado e Vilhena foi feita utilizando-se a proporção da população total desse último na população do município como um todo.

No caso da imigração intraestadual não foi possível efetuar a desagregação por distritos municipais. Dessa forma, o total de imigrantes dos demais municípios de Rondônia para Porto Velho inclui a imigração com origem em Guajará-mirim para

⁸ Os distritos de Porto Velho em 1970 não correspondem aos municípios criados, dentro de suas divisas, durante a década de 1980. Ou seja, as áreas dos distritos existentes em 1970 não coincidem com as áreas dos municípios existentes em 1980. Portanto, a base populacional de 1970, necessária para o cálculo da população esperada em 1980, referia-se a uma área distinta da área habitada pela população observada em 1980, necessária para o cálculo do saldo migratório. Seria possível utilizar somente os dados do distrito de Porto Velho em 1970. Na impossibilidade de verificar se o município de Ariquemes incorporou ou não áreas do distrito de Porto Velho, optou-se por utilizar a base geográfica do início do período.

⁹ As informações básicas para a aplicação da técnica dos filhos sobreviventes a serem desagregadas são filhos tidos nascidos vivos e nascimentos no ano anterior à data do censo.

o distrito de Colorado e não inclui a migração do distrito de Colorado para o distrito de Vilhena.

No caso de Rio Branco, foram agregadas, em 1980, as informações dos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard, criados dentro das divisas de 1970 de Rio Branco (ANEXO 2, Mapas A.2.3 e A.2.4).

Os municípios de Manaus, Boa Vista, Belém e Macapá não apresentaram problemas, uma vez que mantiveram as mesmas fronteiras entre 1970 e 1980 (ANEXO 2, Mapas A.2.5 a A.2.8).

5.4. Considerações Metodológicas

Os saldos migratórios estimados por técnicas indiretas referem-se ao balanço líquido dos fluxos de entrada e saída relativas à população de uma determinada região tomada em duas datas fixas, no caso presente aquelas de referência dos Censos de 1970 e 1980. As mesmas técnicas não produzem estimativas de imigrantes e emigrantes separadamente.

Como discutido no Capítulo 1, SJAASTAD (1980) já alertava para as limitações das estimativas de saldos migratórios, que mascaram a magnitude dos componentes emigratórios e imigratórios de uma determinada região. O desenvolvimento metodológico aplicado por RIGOTTI (1994) permite estimar o volume de emigrantes de uma região, entre duas datas fixas, pressupondo-se que o número de imigrantes estimados por mensuração direta - a última etapa migratória dentro da década

- seja uma aproximação bastante razoável do número de imigrantes implícito no saldo migratório obtido por técnica indireta.

Como o saldo migratório corresponde à diferença entre os imigrantes e emigrantes entre duas datas fixas, o volume de emigrantes no período considerado será aproximadamente igual à diferença entre os imigrantes obtidos diretamente e o saldo migratório obtido por estimação indireta. Ou seja:

$$E_{n,m} \cong I_{md} - SM_{ci}$$

onde:

$E_{n,m}$ é número de emigrantes entre as datas n e m ;

I_{md} é o número de imigrantes estimado por mensuração direta; e

SM_{ci} é o saldo migratório estimado por técnica indireta.

Deve-se levar em conta a diferença conceitual entre os imigrantes na estimativa do saldo migratório por técnica indireta e os imigrantes obtidos por mensuração direta. O saldo migratório obtido por técnica indireta engloba os indivíduos que não moravam na região no primeiro censo e sim no segundo (imigrantes) e aqueles que lá residiam no primeiro censo e que, no segundo censo, moravam em outra região (emigrantes).

Os quesitos censitários específicos sobre imigração na década fornecem o quadro de imigrantes interestaduais e intermunicipais que, em sua última etapa migratória dentro da década, tiveram como destino a unidade analisada e que sobreviveram à mortalidade. Os indivíduos que residiam na

unidade em análise no primeiro censo, emigraram e retornaram antes do segundo censo, serão incorporados como imigrantes pelo procedimento direto e não o serão pelo indireto (RIGOTTI, 1994). Trata-se, portanto, de conceitos diversos.

Contudo, a única diferença entre seus valores será dada pelo número de migrantes de retorno que residiam na região no início da década, em seguida saíram e voltaram, posteriormente, dentro da década. A não ser em situações muito atípicas, o número desses imigrantes de retorno deverá ser muito pequeno, seja em termos absolutos, seja como proporção do total de imigrantes. De qualquer maneira, sempre haverá um erro por excesso quando se tomar o número de imigrantes por informação direta como proxy do número de imigrantes implícito no saldo migratório estimado por técnica indireta.

Logo, para que a estimativa sobre o número de emigrantes entre duas datas fixas seja aceitável, o pressuposto de que o número de imigrantes obtido por mensuração direta seja aproximadamente igual ao número de imigrantes entre duas datas fixas obtido por técnica indireta é fundamental. Esse pressuposto é bem realista, pois a única diferença entre os dois conceitos, como discutido, refere-se aos imigrantes de retorno que residiam na unidade no início da década.

Deve ser levado em conta, ainda, que a mensuração direta fornece os efeitos diretos da imigração. Para utilizar o saldo migratório nesse procedimento é necessário, pois, que dele sejam retirados os efeitos indiretos da migração.

6 - SALDOS MIGRATÓRIOS DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - REGIÃO NORTE - 1970/80

Como discutido no Capítulo anterior, o saldo migratório apresenta o balanço líquido entre imigração e emigração de uma determinada região entre duas datas fixas. Indica, dessa forma, o volume de população que essa região recebeu ou perdeu no período, devido a migração. Esse volume é dado pela diferença entre a população observada no final do período e a população esperada, caso a região não tivesse sofrido os efeitos da migração. A taxa líquida de migração, por sua vez, é o indicador que dimensiona a participação da migração no crescimento demográfico. É obtida através da relação entre o saldo migratório e a população observada ao final do período.

É possível, portanto, estimar taxas de crescimento observadas, que incluem os efeitos migratórios diretos e indiretos, e taxas de crescimento esperadas, na ausência de migração. Esse procedimento permite dimensionar a participação da migração no incremento ou na diminuição do ritmo de crescimento demográfico de uma determinada região, entre duas datas fixas. A Tabela 6.1, além de apresentar as taxas líquidas de migração dos estados e dos municípios das capitais da Região Norte, na década de 70, traz as taxas de crescimento populacional observadas e esperadas.

A apresentação das taxas líquidas é feita de forma destacar os efeitos diretos da migração, o qual exclui os filhos sobreviventes dos imigrantes e emigrantes, nascidos no

local de destino, que não emigraram ou não retornaram a esse local. É importante destacá-las para a visualização dos efeitos exclusivos da migração.

TABELA 6.1: Taxas Líquidas de Migração e Taxas de Crescimento Observadas e Esperadas dos Estados e Municípios das Capitais da Região Norte - 1970/1980

ESTADOS E MUNICÍPIOS	Taxas Líquidas de Migração (%)	Taxas Líquidas de Migração (%)	Taxa de Cresc. OBSERVADAS	Taxa de Cresc. ESPERADAS
	TOTAL	EFETOS DIRETOS	(%)	(%)
RONDÔNIA	67,44	56,24	16,03	3,71
<i>Porto Velho</i>	71,87	59,66	17,47	3,53
ACRE	-6,22	-4,45	3,42	4,04
<i>Rio Branco</i>	15,00	12,31	4,94	3,26
AMAZONAS	0,90	1,12	4,12	4,02
<i>Manaus</i>	31,98	26,57	7,35	3,29
RORAIMA	23,77	20,04	6,83	3,97
<i>Boa Vista</i>	22,48	18,83	6,28	3,61
PARÁ	8,33	7,58	4,62	3,71
<i>Belém</i>	11,15	9,49	3,95	2,73
AMAPÁ	0,93	1,14	4,36	4,26
<i>Macapá</i>	6,45	5,36	4,79	4,09

Fontes: Dados Básicos: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

Estados: CARVALHO e FERNANDES (1991).

Observa-se que nos Estados do Amazonas e do Amapá, as taxas líquidas de migração que incluem somente os efeitos diretos foram superiores às taxas totais. Isso aconteceu porque os efeitos indiretos, nesses Estados, foram negativos no período 1970-80.

Com exceção exatamente do Amazonas e do Amapá, observa-se, através das taxas líquidas das unidades analisadas, que a migração exerceu um papel importante na dinâmica demográfica regional. Os casos mais notáveis foram Rondônia, Porto Velho, Manaus, Roraima e Boa Vista, com taxas superiores a 20,0%.

Nessas unidades de análise em que a migração exerceu mais intensamente sua influência, a diferença entre as taxas de crescimento observadas e esperadas foram mais significativas. Somente o Acre apresentou taxa de crescimento esperada superior à observada. Isso porque, através da migração, o Acre perdeu população no período.

Cabe destacar que, mesmo na ausência de migração, os Estados e municípios das capitais da Região Norte teriam experimentado uma expansão bem superior à média nacional da década de 70.

Contraopondo as taxas líquidas de migração das capitais às dos respectivos Estados, nota-se que as taxas municipais foram maiores que as taxas estaduais - com exceção de Boa Vista e Roraima. Esse fato aponta para a importância dos municípios das capitais nos fluxos migratórios intraestaduais.

Para analisar mais detidamente os impactos dos fluxos migratórios nos municípios e estados analisados, é necessário conhecer os componentes implícitos no saldo migratório. Como visto no Capítulo 5, a diferença entre o saldo - entre duas datas fixas - e o número de imigrantes de última etapa, pode fornecer o número aproximado de emigrantes entre as duas datas determinadas.

A Tabela 6.2 apresenta os saldos migratórios totais¹⁰ - excluídos os efeitos indiretos da migração - dos Estados e municípios das capitais da Região Norte, na década de 70, bem como o número de imigrantes de última etapa, que imigraram dentro da década, estimados por mensuração direta.

¹⁰ Os saldos migratórios totais, incluídos os efeitos diretos e indiretos, por sexo e grupo etário, para Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Belém e Macapá são apresentados no Anexo 1.

O número total de imigrantes para os Estados inclui, nesse caso, os imigrantes que declararam, no quesito censitário que informa sobre o município de residência anterior caso tenha havido transferência há menos de dez anos, um município da mesma UF, mas no quesito sobre tempo residência na UF, declararam menos de dez anos. Trata-se* dos imigrantes interestaduais, da década, que, no período, fizeram uma etapa migratória intraestadual antes de chegarem ao local de residência na data do censo de 1980. O número total de imigrantes dos Estados e de imigrantes interestaduais diretos dos municípios das capitais inclui também aqueles indivíduos que, vivendo há menos de dez anos na UF, não declararam a UF de procedência.

TABELA 6.2: Saldo Migratório, Imigrantes de Última Etapa e Emigrantes de Data Fixa dos Estados e Municípios das Capitais - Região Norte - 1970/1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	IMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	EMIGRANTES
	Mensuração Direta	Efeitos Diretos	Data Fixa
RONDÔNIA	285.231	275.701	9.530
<i>Porto Velho</i>	232.338	250.419	-18.081
ACRE	16.955	-13.383	30.338
<i>Rio Branco</i>	23.871	16.722	7.149
AMAZONAS	74.213	16.072	58.141
<i>Manaus</i>	104.159	168.175	-64.016
RORAIMA	18.745	15.776	2.969
<i>Boa Vista</i>	13.198	12.601	597
PARÁ	393.179	257.829	135.350
<i>Belém</i>	141.404	88.567	52.837
AMAPÁ	22.964	2.001	20.963
<i>Macapá</i>	19.373	7.358	12.015

Fontes: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

Saldos Migratórios Estaduais: CARVALHO e FERNANDES (1991).

Tomando-se o número de imigrantes de última etapa como proporção da população observada na unidade de análise (taxa de imigração), em 1980, obtém-se uma indicação de sua força de atração de migrantes (Tabela 6.3). Note-se que não estão sendo considerados os efeitos indiretos da migração.

TABELA 6.3: Taxas de Imigração e Emigração dos Estados e Municípios das Capitais (%) - Região Norte - 1970/1980

ESTADOS MUNICÍPIOS	TAXA DE IMIGRAÇÃO	TAXA DE EMIGRAÇÃO
RONDÔNIA	58,08	1,94
<i>Porto Velho</i>	55,24	-
ACRE	5,63	10,07
<i>Rio Branco</i>	17,54	5,25
AMAZONAS	5,19	4,07
<i>Manaus</i>	16,44	-
RORAIMA	23,68	3,75
<i>Boa Vista</i>	19,68	0,89
PARÁ	11,55	3,98
<i>Belém</i>	15,15	5,66
AMAPÁ	13,10	11,96
<i>Macapá</i>	14,09	8,74

Fontes: Tabelas 4.1 e 6.2.

Rondônia e Porto Velho apresentaram taxas de imigração excepcionais: 58,1% e 55,3%, respectivamente. Ou seja, mais da metade da população do Estado e de sua capital, em 1980, eram imigrantes. Roraima e Boa Vista vêm a seguir, o Estado com 23,7% e a capital com 19,7%. Devido às bases populacionais reduzidas, os imigrantes que se dirigiram para essas duas áreas representaram parcela significativa das populações estadual e municipal, em 1980. Pará (11,6%), Belém (15,2%), Amapá (13,1%) e Macapá (14,1%) apresentaram taxas de imigração da mesma

magnitude. Devido ao tamanho diferenciado da base populacional, isso representou um número de imigrantes superior para o Estado do Pará e para sua capital, Belém.

O Acre e o Amazonas foram os Estados que menos atraíram população, com taxas de imigração modestas para os níveis regionais: 5,6% e 5,2%, respectivamente. No entanto, suas capitais - Rio Branco e Manaus - receberam, através da imigração, contribuição significativa no aumento populacional, a primeira apresentando taxa de 17,5% e a última, de 16,4%. Evidentemente, a diferença da base populacional significou um número de imigrantes para Manaus muito superior ao de Rio Branco.

Comparando-se a taxa de imigração dos Estados com as taxas de imigração das respectivas capitais, verifica-se que, apenas em Rondônia e Roraima, as capitais mostraram índices inferiores aos do Estado.

Quanto aos emigrantes como proporção da população total das unidades analisadas (taxa de emigração), em 1980, destacam-se o Acre (10,1%) e Rio Branco (5,3%), o Pará (4,0%) e Belém (5,7%), e o Amapá (12,0%) e sua capital, Macapá (8,7%). Somente o Acre apresentou uma taxa de emigração superior à taxa de imigração, indicando perda de população através da migração.

Nota-se que os municípios de Porto Velho e Manaus apresentaram um número de imigrantes de última etapa inferior ao saldo migratório da década de 70. De acordo com discussão realizada no Capítulo 5, esses resultados têm implicações importantes. Na aplicação do procedimento apresentado, um saldo migratório maior que o componente imigratório ocasiona uma

falta de imigrantes. A igualdade entre o saldo estimado por técnica direta e a diferença entre imigrantes de última etapa e emigrantes entre datas fixas não pode ser validada.

O caso de Porto Velho pode ser explicado pelo procedimento utilizado para desagregar os imigrantes dos distritos de Vilhena e Colorado, no município de Vilhena. A população total do distrito de Vilhena como proporção da população total do município (29,0%) foi aplicada sobre o número de imigrantes do mesmo. Caso a imigração tenha se concentrado no distrito de Vilhena, o número de imigrantes desse distrito foi subestimado. Nessa hipótese, foi subestimado também o número de imigrantes de Porto Velho.

Tanto no caso de Porto Velho quanto no de Manaus, pode ter ocorrido subestimação da imigração pela mensuração direta. Outro motivo que deve ser mencionado é a melhoria da cobertura censitária em 1980. Caso tenha ocorrido, essa melhoria refletiu-se em uma superestimação do saldo migratório entre 1970 e 1980.

Nesse Capítulo, o papel da migração na Região Norte, na década de 70, foi analisado no âmbito mais geral dos saldos migratórios e de seus componentes implícitos. Para os Estados, verificou-se que, com exceção do Amazonas e do Amapá, a dinâmica migratória teve influência significativa no crescimento populacional - no caso do Acre refletindo-se em perda de população.

Com relação aos municípios das capitais, essa forte influência ocorreu sobre todos eles, sem exceções. A superioridade das taxas de crescimento populacional observadas sobre as taxas de crescimento esperadas registram o impacto da

migração nas unidades analisadas. Além disso, a taxa de imigração desses municípios mostra que parcela significativa das respectivas populações, em 1980, era constituída de imigrantes.

Para ampliar o entendimento da migração nos Estados e municípios do Norte, o Capítulo 7 apresenta a análise dos fluxos imigratórios estaduais e dos municípios das capitais, destacando a composição inter e intraestadual, de acordo com o quadro domiciliar de origem e destino.

7 - IMIGRAÇÃO PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - REGIÃO NORTE - 1970/80

A seguir, são apresentados os resultados relativos à imigração para os estados e municípios em questão. A análise efetuada neste momento refere-se às características dos fluxos mais importantes de cada unidade. Ressalta-se a participação dos municípios nos respectivos Estados, excluída a migração intraestadual. Note-se que não estão sendo computados os efeitos indiretos da migração.

A análise das *Unidades da Federação* da Região Norte refere-se aos imigrantes que saíram, entre 1970 e 1980, de outra UF e se transferiram diretamente para o município em que residiam em 1980. Não estão incluídos, portanto, os imigrantes interestaduais da década que em seguida mudaram de município dentro da UF em questão. Também não estão incluídos os imigrantes interestaduais que não declararam a UF de procedência.

A análise dos *municípios das capitais estaduais* da Região Norte inclui os imigrantes que foram de outra UF diretamente para o município da capital estadual (interestaduais)¹¹ e os imigrantes que residiam em outro município da própria UF antes de se transferirem, na década, para o município da capital (intraestaduais). Parte dos imigrantes interestaduais da década que, antes de se mudarem para o município em questão, residiam

¹¹ Nesse caso, não estão incluídos os imigrantes que não declararam a UF de procedência.

em outro município do próprio estado, estão incluídos no componente intraestadual (imigrantes inter e intraestaduais).

Quanto à definição das regiões de origem, foi dado destaque para os Estados de origem mais importantes na composição dos fluxos migratórios em direção às unidades de análise. Excetuando-se o município de Belém, as tabelas para os Estados e municípios apresentam as mesmas unidades espaciais de origem dos imigrantes¹².

7.1. Rondônia e Porto Velho

TABELA 7.1.1: Imigrantes Interestaduais de Rondônia, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

RONDÔNIA ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	5.150	1.509	59	974	6.290	79	14.061
Minas Gerais	2.410	1.815	19	960	12.873	124	18.201
Espírito Santo	2.262	2.022	23	1.247	17.790	120	23.464
Restante da Região SE	5.342	730	54	2.252	3.674	72	12.124
Paraná	18.249	13.735	175	5.743	56.673	426	95.001
Restante da Região S	1.416	760	16	297	1.378	24	3.891
Mato Grosso do Sul	5.729	3.642	41	1.992	15.501	172	27.077
Mato Grosso	6.954	6.643	19	2.327	27.666	130	43.739
Restante da Região CO	2.276	510	32	594	1.904	3	5.319
<i>Subtotal</i>	49.788	31.366	438	16.386	143.749	1.150	242.877
Região Norte	11.820	3.146	221	1.441	2.620	118	19.366
TOTAL	61.608	34.512	659	17.827	146.369	1.268	262.243

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 21.104.

¹² O motivo dessa exceção se deve ao fato de que o município de Belém apresentou quadro migratório absolutamente diverso do quadro do Pará, não havendo, portanto, sentido a contraposição entre as caracterizações estadual e municipal.

Os efeitos diretos da imigração, excluídos os imigrantes inter e intraestaduais, foram responsáveis por 53,4% do crescimento da população total do Estado na década de 70, 42,3% do crescimento urbano e 72,4% do crescimento rural (Tabelas 4.1 e 7.1.1). A contribuição da imigração foi obviamente maior, devido aos seus efeitos indiretos. Os Estados da Região Norte tiveram pouca participação na imigração interestadual, na década, com destino a Rondônia.

TABELA 7.1.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais de Rondônia segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→rur.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Região Norte	4,51	1,20	0,08	0,55	1,00	0,04	7,38
Região Nordeste	1,96	0,58	0,02	0,37	2,40	0,03	5,36
Minas Gerais	0,92	0,69	0,01	0,37	4,91	0,05	6,94
Espírito Santo	0,86	0,77	0,01	0,48	6,78	0,05	8,95
Restante da Região SE	2,04	0,28	0,02	0,86	1,40	0,03	4,62
Paraná	6,96	5,24	0,07	2,19	21,61	0,16	36,23
Restante da Região S	0,54	0,29	0,01	0,11	0,53	0,01	1,48
Mato Grosso do Sul	2,18	1,39	0,02	0,76	5,91	0,07	10,33
Mato Grosso	2,65	2,53	0,01	0,89	10,55	0,05	16,68
Restante da Região CO	0,87	0,19	0,01	0,23	0,73	0,00	2,03
TOTAL	23,49	13,16	0,25	6,80	55,81	0,48	100,00

Fonte: Tabela 7.1.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

A imigração interestadual com origem rural e destino rural, proveniente de fora da Região Norte, foi o principal componente dos fluxos imigratórios para Rondônia na década de 70, correspondendo a 55,8% do total de imigrantes interestaduais diretos de Rondônia (Tabela 7.1.2). Paraná (21,6%), Mato Grosso (10,6%) e Espírito Santo (6,8%) foram os

principais Estados na composição do fluxo rural-rural (Tabela 7.1.2).

Notam-se, ainda, fluxos urbano-urbano e rural-urbano relevantes em direção a Rondônia, com origem fora da Região Norte (Tabela 7.1.2). Ambos têm o Paraná como principal fornecedor de população. O Paraná foi responsável por 36,2% do total de imigrantes interestaduais diretos de Rondônia (Tabela 7.1.2).

TABELA 7.1.3: Imigrantes de *Porto Velho*, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

PORTO VELHO ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	4.770	1.370	53	840	5.616	69	12.717
Minas Gerais	2.261	1.704	17	785	11.869	124	16.760
Espírito Santo	2.197	1.933	23	1.115	17.353	125	22.745
Restante da Região SE	4.826	622	44	1.964	3.243	72	10.771
Paraná	14.920	11.999	137	4.925	51.247	414	83.640
Restante da Região S	894	467	16	224	957	21	2.578
Mato Grosso do Sul	5.076	3.250	34	1.906	14.387	172	24.825
Mato Grosso	5.196	4.666	13	1.791	20.184	104	31.954
Restante da Região CO	2.194	476	32	415	1.702	3	4.822
<i>Subtotal</i>	42.333	26.486	369	13.965	126.557	1.104	210.814
Região Norte	11.174	3.083	215	1.397	2.507	118	18.493
Demais Mun.do Estado*	1.298	388	31	79	154	11	1.961
TOTAL	54.805	29.957	614	15.442	129.217	1.233	231.268

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Porto Velho, residiam em outro município de Rondônia.

A participação relativa dos imigrantes de Porto Velho reproduz o quadro estadual, mesmo porque a grande maioria dos imigrantes se dirigiu para o município da capital de Rondônia (Tabelas 7.1.3 e 7.1.4). Cabe lembrar a questão da base geográfica utilizada para o município de Porto Velho discutida no Capítulo 5.

TABELA 7.1.4: Distribuição dos Imigrantes de Porto Velho segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	0,56	0,17	0,01	0,03	0,07	0,00	0,85
Região Norte	4,83	1,33	0,09	0,60	1,08	0,05	8,00
Região Nordeste	2,06	0,59	0,02	0,36	2,43	0,03	5,50
Minas Gerais	0,98	0,74	0,01	0,34	5,13	0,05	7,25
Espírito Santo	0,95	0,84	0,01	0,48	7,50	0,05	9,83
Restante da Região SE	2,09	0,27	0,02	0,85	1,40	0,03	4,66
Paraná	6,45	5,19	0,06	2,13	22,16	0,18	36,17
Restante da Região S	0,39	0,20	0,01	0,10	0,41	0,01	1,11
Mato Grosso do Sul	2,19	1,41	0,01	0,82	6,22	0,07	10,73
Mato Grosso	2,25	2,02	0,01	0,77	8,73	0,04	13,82
Restante da Região CO	0,95	0,21	0,01	0,18	0,74	0,00	2,09
TOTAL	23,70	12,95	0,27	6,68	55,87	0,53	100,00

Fonte: Tabela 7.1.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Porto Velho, residiam em outro município de Rondônia.

A Tabela 7.1.5 apresenta a participação dos imigrantes que buscaram o município de Porto Velho no total dos imigrantes para Rondônia. Nota-se que esse município, mantida a sua área geográfica de 1970, absorveu 87,4% da imigração para o Estado.

A reprodução do quadro estadual e a absorção da maioria dos imigrantes interestaduais de Rondônia pelo município de Porto Velho, durante a década de 70, reflete a distorção provocada pela extensão da unidade espacial utilizada.

TABELA 7.1.5: Participação de Porto Velho na Imigração Interestadual de Rondônia, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Região Norte	94,53	98,00	97,23	96,98	95,67	100,00	95,49
Região Nordeste	92,62	90,76	89,61	86,25	89,28	87,34	90,44
Minas Gerais	93,83	93,91	88,78	81,78	92,20	100,00	92,08
Espírito Santo	97,11	95,61	100,00	89,38	97,54	104,17	96,94
Restante da Região SE	90,35	85,26	81,48	87,20	88,26	100,00	88,84
Paraná	81,76	87,36	78,07	85,76	90,42	97,11	88,04
Restante da Região S	63,11	61,41	100,00	75,35	69,46	88,15	66,27
Mato Grosso do Sul	88,60	89,23	82,66	95,68	92,81	100,00	91,68
Mato Grosso	74,72	70,24	70,07	76,98	72,95	79,77	73,06
Restante da Região CO	96,39	93,27	100,00	69,89	89,41	100,00	90,66
TOTAL	86,85	85,68	88,53	86,18	88,18	96,34	87,44

Fonte: Tabelas 7.1.1 e 7.1.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

7.2. Acre e Rio Branco

Ainda que a imigração com origem fora da Região Norte tenha tido preponderância no caso do Acre, durante a década de 70, a imigração proveniente dos demais Estados do Norte teve papel relevante (Tabela 7.1.1). Nos fluxos urbano-urbano, urbano-rural e rural-rural preponderaram os imigrantes com origem nas outras regiões do País, enquanto no fluxo rural-urbano, os imigrantes dos demais estados da Região Norte suplantaram os imigrantes oriundos de outras regiões (Tabela 7.2.2).

O Amazonas configurou-se como principal fonte do fluxo urbano-urbano e rural-urbano originado na Região Norte, com 23,2% e 64,2%, respectivamente (Tabela 7.2.1). No caso dos imigrantes urbano-urbano, não houve preponderância significativa de nenhum estado em especial (Tabela 7.2.2).

TABELA 7.2.1: Imigrantes Interestaduais do Acre, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

ACRE ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	951	335	0	180	774	33	2.273
Região Sudeste	1.285	116	7	189	952	31	2.580
Região Sul	863	222	23	175	1.062	45	2.390
Região Centro-Oeste	691	186	7	158	702	4	1.748
<i>Subtotal</i>	3.790	859	37	702	3.490	113	8.991
Amazonas	1.566	1.839	10	137	983	39	4.574
Restante da Região N	1.397	165	5	74	234	0	1.875
<i>Subtotal</i>	2.963	2.004	15	211	1.217	39	6.449
TOTAL	6.753	2.863	52	913	4.707	152	15.440

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 1.074.

TABELA 7.2.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do Acre segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Amazonas	10,14	11,91	0,06	0,89	6,37	0,25	29,62
Restante da Região N	9,05	1,07	0,03	0,48	1,52	0,00	12,14
Região Nordeste	6,16	2,17	0,00	1,17	5,01	0,21	14,72
Região Sudeste	8,32	0,75	0,05	1,22	6,17	0,20	16,71
Região Sul	5,59	1,44	0,15	1,13	6,88	0,29	15,48
Região Centro-Oeste	4,48	1,20	0,05	1,02	4,55	0,03	11,32
TOTAL	43,74	18,54	0,34	5,91	30,49	0,98	100,00

Fonte: Tabela 7.2.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

No caso de Rio Branco, nota-se a importância da imigração intraestadual com destino urbano (Tabela 7.2.3). Verifica-se que também a imigração intraestadual ocorreu, majoritariamente, no sentido urbano. As áreas urbanas de Rio Branco foram o destino de 82,7% dos imigrantes que lá chegaram durante a década de 70 (Tabela 7.2.4), representando 21,2% da população urbana de Rio Branco em 1980 (Tabelas 4.1 e 7.2.3).

TABELA 7.2.3: Imigrantes de Rio Branco, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

RIO BRANCO	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	868	326	0	98	568	33	1.893
Região Sudeste	1.204	98	4	84	385	19	1.794
Região Sul	672	108	12	20	319	38	1.169
Região Centro-Oeste	655	103	7	48	258	4	1.075
<i>Subtotal</i>	3.399	635	23	250	1.530	94	5.931
Amazonas	1.348	990	4	91	390	17	2.840
Restante da Região N	1.376	159	3	63	162	0	1.763
<i>Subtotal</i>	2.724	1.149	7	154	552	17	4.603
Demais Mun.do Estado *	6.246	5.310	37	171	1.324	3	13.091
TOTAL	12.369	7.094	67	575	3.406	114	23.625

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Rio Branco, residiam em outro município do Acre.

TABELA 7.2.4: Distribuição dos Imigrantes de Rio Branco segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	26,44	22,48	0,16	0,72	5,80	0,01	55,41
Amazonas	5,71	4,19	0,02	0,39	1,65	0,07	12,02
Restante da Região N	5,82	0,67	0,01	0,27	0,69	0,00	7,46
Região Nordeste	3,67	1,38	0,00	0,41	2,40	0,14	8,01
Região Sudeste	5,10	0,41	0,02	0,36	1,63	0,08	7,59
Região Sul	2,84	0,46	0,05	0,08	1,35	0,16	4,95
Região Centro-Oeste	2,77	0,44	0,03	0,20	1,09	0,02	4,55
TOTAL	52,36	30,03	0,28	2,43	14,42	0,48	100,00

Fonte: Tabela 7.2.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Rio Branco, residiam em outro município do Acre.

A participação de Rio Branco na imigração interestadual do Acre atesta a importância dos fluxos com destino urbano nesse município. 90,7% dos imigrantes com origem urbana e 62,3% dos imigrantes com origem rural, em outra UF, se dirigiram para as áreas urbanas do município de sua capital (Tabela 7.2.5).

TABELA 7.2.5: Participação de Rio Branco na Imigração Interestadual do Acre, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Amazonas	86,08	53,83	40,00	66,42	39,67	43,59	62,09
Restante da Região N	98,50	96,36	60,00	85,14	69,23	100,00	94,03
Região Nordeste	91,27	97,31	0,00	54,44	73,39	100,00	83,28
Região Sudeste	93,70	84,48	57,14	44,44	40,44	61,29	69,53
Região Sul	77,87	48,65	52,17	11,43	30,04	84,44	48,91
Região Centro-Oeste	94,79	55,38	100,00	30,38	36,75	100,00	61,50
TOTAL	90,67	62,31	57,69	44,25	44,23	73,03	68,23

Fonte: Tabelas 7.2.1 e 7.2.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

7.3. Amazonas e Manaus

A Região Norte teve papel importante na imigração interestadual para o Amazonas, principalmente no que diz respeito ao fluxo de origem rural e destino urbano. No total, no entanto, a participação do Norte e dos demais Estados do Brasil são bastante próximas (Tabela 7.3.1).

TABELA 7.3.1: Imigrantes Interestaduais do *Amazonas*, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

AMAZONAS ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	11.363	3.398	173	400	814	84	16.232
Região Sudeste	9.072	482	80	241	322	43	10.240
Região Sul	1.711	234	52	365	584	185	3.131
Região Centro-Oeste	2.325	315	26	200	276	25	3.167
<i>Subtotal</i>	24.471	4.429	331	1.206	1.996	337	32.770
Pará	15.815	6.194	260	610	910	55	23.844
Restante da Região N	7.270	1.704	107	624	1.237	35	10.977
<i>Subtotal</i>	23.085	7.898	367	1.234	2.147	90	34.821
TOTAL	47.556	12.327	698	2.440	4.143	427	67.591

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 5.102.

A Tabela 7.3.2 mostra que a imigração com destino urbano representou 89,6% do total. O fluxo urbano-urbano para o Amazonas, por sua vez, significou 70,4% dos imigrantes interestaduais.

TABELA 7.3.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do Amazonas segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Pará	23,40	9,16	0,38	0,90	1,35	0,08	35,28
Restante da Região N	10,76	2,52	0,16	0,92	1,83	0,05	16,24
Região Nordeste	16,81	5,03	0,26	0,59	1,20	0,12	24,02
Região Sudeste	13,42	0,71	0,12	0,36	0,48	0,06	15,15
Região Sul	2,53	0,35	0,08	0,54	0,86	0,27	4,63
Região Centro-Oeste	3,44	0,47	0,04	0,30	0,41	0,04	4,69
TOTAL	70,36	18,24	1,03	3,61	6,13	0,63	100,00

Fonte: Tabela 7.3.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro de UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

A imigração para Manaus (Tabela 7.3.3) reflete o quadro estadual, 53,9% tem origem em outros Estados. No entanto, como no Acre, a imigração intraestadual assume papel importante, principalmente no que diz respeito aos fluxos urbano-urbano e rural-urbano (Tabela 7.3.4).

TABELA 7.3.3: Imigrantes de Manaus, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

MANAUS ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	10.250	3.327	135	37	102	16	13.867
Região Sudeste	8.696	459	69	23	8	4	9.259
Região Sul	1.455	154	20	22	11	0	1.662
Região Centro-Oeste	2.127	250	21	50	0	9	2.457
<i>Subtotal</i>	22.528	4.190	245	132	121	29	27.245
Pará	14.373	5.420	219	107	134	27	20.280
Restante da Região N	6.266	1.498	82	0	134	0	7.980
<i>Subtotal</i>	20.639	6.918	301	107	268	27	28.260
Demais Mun.do Estado *	18.275	28.039	325	71	800	10	47.520
TOTAL	61.442	39.147	871	310	1.189	66	103.025

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Manaus, residiam em outro município do Amazonas.

TABELA 7.3.4: Distribuição dos Imigrantes de *Manaus* segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	17,74	27,22	0,32	0,07	0,78	0,01	46,12
Pará	13,96	5,26	0,21	0,10	0,13	0,03	19,68
Restante da Região N	6,08	1,46	0,08	0,00	0,13	0,00	7,75
Região Nordeste	9,95	3,23	0,13	0,04	0,10	0,02	13,46
Região Sudeste	8,44	0,45	0,07	0,02	0,01	0,00	8,99
Região Sul	1,41	0,15	0,02	0,02	0,01	0,00	1,61
Região Centro-Oeste	2,06	0,24	0,02	0,05	0,00	0,01	2,38
TOTAL	59,64	38,00	0,85	0,30	1,15	0,06	100,00

Fonte: Tabela 7.3.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Manaus, residiam em outro município do Amazonas.

Do total de imigrantes para Manaus, a larga maioria buscou áreas urbanas: 98,5% (Tabela 7.3.4). Isso representa 16,6% da população urbana do município em 1980 (Tabelas 4.1 e 7.3.3).

A Tabela 7.2.5 demonstra que Manaus atraiu 82,1% dos imigrantes que buscaram o Amazonas na década de 70. Isso significa que, para analisar a migração no Estado no período em questão, é necessário discutir com ênfase especial o caso de Manaus.

TABELA 7.3.5: Participação de *Manaus* na Imigração Interestadual do *Amazonas*, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Pará	90,88	87,50	84,23	17,54	14,73	49,09	85,05
Restante da Região N	86,19	87,91	76,64	0,00	10,83	0,00	72,70
Região Nordeste	90,21	97,91	78,03	9,25	12,53	19,05	85,43
Região Sudeste	95,86	95,23	86,25	9,54	2,48	9,30	90,42
Região Sul	85,04	65,81	38,46	6,03	1,88	0,00	53,08
Região Centro-Oeste	91,48	79,37	80,77	25,00	0,00	36,00	77,58
TOTAL	90,77	90,11	78,22	9,80	9,39	13,11	82,12

Fonte: Tabelas 7.3.1 e 7.3.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

7.4. Roraima e Boa Vista

TABELA 7.4.1: Imigrantes Interestaduais de *Roraima*, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

RORAIMA ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Maranhão	1.992	1.321	20	123	2.292	3	5.751
Restante da Região NE	2.120	404	23	98	589	8	3.242
Região Sudeste	554	10	10	47	157	4	782
Região Sul	632	95	8	203	239	0	1.177
Região Centro-Oeste	496	80	12	36	284	0	908
<i>Subtotal</i>	5.794	1.910	73	507	3.561	15	11.860
Amazonas	3.135	394	58	140	612	39	4.378
Restante da Região N	1.159	157	38	46	337	9	1.746
<i>Subtotal</i>	4.294	551	96	186	949	48	6.124
TOTAL	10.088	2.461	169	693	4.510	63	17.984

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 207.

Os imigrantes interestaduais que se dirigiram para Roraima durante os anos 70 buscaram principalmente as áreas urbanas do Estado (Tabela 7.4.1). Dos imigrantes interestaduais da década, 70,7% se instalaram em áreas urbanas. A maior parte desses imigrantes era oriunda de Estados brasileiros não pertencentes à Região Norte (Tabela 7.4.2).

TABELA 7.4.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais de Roraima segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Amazonas	17,43	2,19	0,32	0,78	3,40	0,22	24,34
Restante da Região N	6,44	0,87	0,21	0,26	1,87	0,05	9,71
Maranhão	11,08	7,35	0,11	0,68	12,74	0,02	31,98
Restante da Região NE	11,79	2,25	0,13	0,54	3,28	0,04	18,03
Região Sudeste	3,08	0,06	0,06	0,26	0,87	0,02	4,35
Região Sul	3,51	0,53	0,04	1,13	1,33	0,00	6,54
Região Centro-Oeste	2,76	0,44	0,07	0,20	1,58	0,00	5,05
TOTAL	56,09	13,68	0,94	3,85	25,08	0,35	100,00

Fonte: Tabela 7.4.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

Segundo a Tabela 7.4.2, os fluxos mais importantes se deram no sentido urbano-urbano, com origem tanto na Região Norte quanto no restante do Brasil, e rural-rural, com origem fora dos Estados do Norte. O Amazonas, mais uma vez, aparece como principal fornecedor de imigrantes do Norte com origem e destino urbanos. O fluxo urbano-urbano com origem fora da Região Norte é composto principalmente de imigrantes provenientes do Maranhão.

No caso da imigração rural-rural, o Maranhão comparece, novamente, com a maioria dos imigrantes, representando 12,7% do movimento rural-rural do Estado de Roraima (Tabela 7.4.2).

A imigração para Boa Vista reflete o quadro estadual. Esse município exerceu pouca atração sobre o resto do Estado (Tabela 7.4.3).

TABELA 7.4.3: Imigrantes de Boa Vista, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

BOA VISTA ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Maranhão	1.339	953	20	57	847	0	3.216
Restante da Região NE	1.736	401	23	50	288	4	2.502
Região Sudeste	536	10	10	42	54	0	652
Região Sul	604	91	8	120	154	0	977
Região Centro-Oeste	460	74	12	23	119	0	688
<i>Subtotal</i>	4.675	1.529	73	292	1.462	4	8.035
Amazonas	2.629	269	55	28	116	0	3.097
Restante da Região N	1.083	149	30	8	93	0	1.363
<i>Subtotal</i>	3.712	418	85	36	209	0	4.460
Demais Mun.do Estado *	46	90	0	0	4	0	140
TOTAL	8.433	2.037	158	328	1.675	4	12.635

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Boa Vista, residiam em outro município de Roraima.

TABELA 7.4.4: Distribuição dos Imigrantes de Boa Vista segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	0,36	0,71	0,00	0,00	0,03	0,00	1,11
Amazonas	20,81	2,13	0,44	0,22	0,92	0,00	24,51
Restante da Região N	8,57	1,18	0,24	0,06	0,74	0,00	10,79
Maranhão	10,60	7,54	0,16	0,45	6,70	0,00	25,45
Restante da Região NE	13,74	3,17	0,18	0,40	2,28	0,03	19,80
Região Sudeste	4,24	0,08	0,08	0,33	0,43	0,00	5,16
Região Sul	4,78	0,72	0,06	0,95	1,22	0,00	7,73
Região Centro-Oeste	3,64	0,59	0,09	0,18	0,94	0,00	5,45
TOTAL	66,74	16,12	1,25	2,60	13,26	0,03	100,00

Fonte: Tabela 7.4.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Boa Vista, residiam em outro município de Roraima.

Como se vê na Tabela 7.4.4, da mesma forma que no Estado, a grande maioria dos imigrantes para Boa Vista buscou as áreas urbanas (84,1% do total), o que representava 24,2% da população urbana do município em 1980 (Tabelas 4.1 e 7.4.3).

Quanto à participação de Boa Vista na imigração para o Estado de Roraima, verifica-se que esse município configurou-se como principal alvo dos imigrantes oriundos tanto da Região Norte quanto do Restante do Brasil (Tabela 7.4.5).

TABELA 7.4.5: Participação de Boa Vista na Imigração Interestadual de Roraima, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Amazonas	83,86	68,27	94,83	20,00	18,95	0,00	70,74
Restante da Região N	93,44	94,90	78,95	17,39	27,60	0,00	78,06
Maranhão	67,22	72,14	100,00	46,34	36,95	0,00	55,92
Restante da Região NE	81,89	99,26	100,00	51,02	48,90	50,00	77,17
Região Sudeste	96,75	100,00	100,00	89,36	34,39	0,00	83,38
Região Sul	95,57	95,79	100,00	59,11	64,44	0,00	83,01
Região Centro-Oeste	92,74	92,50	100,00	63,89	41,90	0,00	75,77
TOTAL	83,14	79,11	93,49	47,33	37,05	6,35	69,48

Fonte: Tabelas 7.4.1 e 7.4.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

7.5. Pará e Belém

TABELA 7.5.1: Imigrantes Interestaduais do Pará, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

PARÁ ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Maranhão	29.550	12.823	566	19.352	45.999	965	109.255
Ceará	7.289	2.797	118	4.027	17.125	374	31.730
Bahia	4.792	1.188	94	2.406	11.999	233	20.712
Restante da Região NE	9.418	2.255	208	6.360	9.335	254	27.830
Minas Gerais	5.076	1.829	59	3.590	11.304	215	22.073
Restante da Região SE	12.340	1.111	112	7.263	7.253	254	28.333
Paraná	2.471	412	33	2.625	9.668	97	15.306
Restante da Região S	1.502	208	12	1.047	2.505	36	5.310
Goiás	14.998	4.298	375	13.126	31.007	746	64.550
Restante da Região CO	3.019	487	44	1.486	2.984	66	8.086
<i>Subtotal</i>	90.455	27.408	1.621	61.282	149.179	3.240	333.185
Região Norte	10.742	1.436	132	4.244	1.567	45	18.166
TOTAL	101.197	28.844	1.753	65.526	150.746	3.285	351.351

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 40.031.

Os imigrantes com origem fora da Região Norte constituíram 94,8% da imigração interestadual para o Pará, mais da metade dela oriunda da Região Nordeste (Tabelas 7.5.1 e 7.5.2).

Os nordestinos foram preponderantes em todos os fluxos interestaduais, sendo responsáveis por mais de 50% naqueles de sentido urbano-urbano, rural-rural e urbano-rural (Tabela 7.5.2). Entre os imigrantes que declararam um município do Nordeste como de residência anterior, o Estado do Maranhão respondeu por 29,2% no fluxo urbano-urbano, 30,5% no rural-rural e 29,5% no urbano-rural (Tabela 7.5.2).

A Região Centro-Oeste foi a segunda principal fonte de imigrantes interestaduais para o Pará, com 20,7% do total. Do fluxo total com origem na Região Centro-Oeste, 46,8% saíram de áreas rurais e se dirigiram para áreas também rurais, 24,8% participaram do fluxo urbano-urbano e 20,1% eram provenientes de áreas urbanas e se instalaram em áreas rurais. Em todos os três fluxos, o Estado de Goiás forneceu mais de 80% dos imigrantes com origem no Centro-Oeste (Tabela 7.5.2).

Dentro da Região Norte, o Pará exerceu atração relativamente pequena.

TABELA 7.5.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do Pará segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Região Norte	3,06	0,41	0,04	1,21	0,45	0,01	5,17
Maranhão	8,41	3,65	0,16	5,51	13,09	0,27	31,10
Ceará	2,07	0,80	0,03	1,15	4,87	0,11	9,03
Bahia	1,36	0,34	0,03	0,68	3,42	0,07	5,89
Restante da Região NE	2,68	0,64	0,06	1,81	2,66	0,07	7,92
Minas Gerais	1,44	0,52	0,02	1,02	3,22	0,06	6,28
Restante da Região SE	3,51	0,32	0,03	2,07	2,06	0,07	8,06
Paraná	0,70	0,12	0,01	0,75	2,75	0,03	4,36
Restante da Região S	0,43	0,06	0,00	0,30	0,71	0,01	1,51
Goiás	4,27	1,22	0,11	3,74	8,83	0,21	18,37
Restante da Região CO	0,86	0,14	0,01	0,42	0,85	0,02	2,30
TOTAL	26,80	8,21	0,50	18,65	42,90	0,93	100,00

Fonte: Tabela 7.5.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro de UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

A área urbana do município de Belém recebeu um volume expressivo de imigrantes do Nordeste, em sua grande maioria provenientes do Maranhão. No entanto, eles foram largamente suplantados pelos imigrantes com residência anterior nos demais municípios do Estado, que representaram 61,8%, do total de

imigrantes com destino urbano na capital do Estado do Pará (Tabela 7.5.3 e 7.5.4).

TABELA 7. 5.3: Imigrantes de Belém, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

BELÉM ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Maranhão	8.638	5.741	95	1.120	1.289	16	16.899
Restante da Região NE	7.827	2.321	92	1.319	754	39	12.352
Região Sudeste	9.164	513	82	750	224	4	10.737
Região Sul	1.223	184	20	180	70	0	1.677
Região Centro-Oeste	2.322	333	33	108	79	0	2.875
Subtotal	29.174	9.092	322	3.477	2.416	59	44.540
Região Norte	7.225	941	87	588	192	0	9.033
Demais Mun.do Estado *	34.620	39.991	270	2.967	8.761	48	86.657
TOTAL	71.019	50.024	679	7.032	11.369	107	140.230

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Belém, residiam em outro município do Pará.

TABELA 7.5.4: Distribuição dos Imigrantes de Belém segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	24,69	28,52	0,19	2,12	6,25	0,03	61,80
Região Norte	5,15	0,67	0,06	0,42	0,14	0,00	6,44
Maranhão	6,16	4,09	0,07	0,80	0,92	0,01	12,05
Restante da Região NE	5,58	1,66	0,07	0,94	0,54	0,03	8,81
Região Sudeste	6,53	0,37	0,06	0,53	0,16	0,00	7,66
Região Sul	0,87	0,13	0,01	0,13	0,05	0,00	1,20
Região Centro-Oeste	1,66	0,24	0,02	0,08	0,06	0,00	2,05
TOTAL	50,64	35,67	0,46	5,01	8,11	0,08	100,00

Fonte: Tabela 7.5.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Belém, residiam em outro município do Pará.

Belém, no total, foi o destino de 15,3% dos imigrantes que se dirigiram para o Pará. Desses, 80,7% eram imigrantes com destino urbano. Apesar do crescimento significativo de Belém, fica claro que não exerceu, no Pará, o mesmo papel dominante

dos demais municípios das capitais da Região Norte, como receptores da imigração interestadual. Isso pode ser visualizado mais claramente na Tabela 7.5.5. Belém recebeu a maior parte dos fluxos com destino urbano oriundos da própria Região, porém esses fluxos tiveram um peso pequeno no total da imigração interestadual.

TABELA 7.5.5: Participação de Belém na Imigração Interestadual do Pará, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Região Norte	67,26	65,53	65,91	13,85	12,25	0,00	49,72
Região Nordeste	32,25	42,29	18,97	7,59	2,42	3,01	15,43
Região Sudeste	52,62	17,45	47,95	6,91	1,21	0,85	21,30
Região Sul	30,78	29,68	44,44	4,90	0,58	0,00	8,13
Região Centro-Oeste	12,89	6,96	7,88	0,74	0,23	0,00	3,96
TOTAL	35,97	34,78	23,33	6,20	1,73	1,80	15,25

Fonte: Tabelas 7.5.1 e 7.5.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

7.6. Amapá e Macapá

A imigração interestadual da década 70 com destino no Amapá foi, em sua maior parte, um fenômeno intra-regional. Da própria Região Norte originaram-se 83,7% dos imigrantes para o Estado - quase que exclusivamente do Pará (Tabela 7.6.2). Do fluxo urbano-urbano, 72,8% dos imigrantes saíram do Pará; do fluxo rural-urbano, 91,4%; do fluxo urbano-rural, 64,9%; e 93,2% do fluxo rural-rural (Tabela 7.6.1).

TABELA 7.6.1: Imigrantes Interestaduais do Amapá, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem* - Década de 70

AMAPÁ ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	1.033	318	20	651	397	4	2.423
Região Sudeste	400	81	0	198	27	0	706
Região Sul	147	4	0	39	25	0	215
Região Centro-Oeste	195	15	0	18	15	0	243
<i>Subtotal</i>	1.775	418	20	906	464	4	3.587
Pará	5.189	4.504	30	1.844	6.507	70	18.144
Restante da Região N	163	4	4	93	13	0	277
<i>Subtotal</i>	5.352	4.508	34	1.937	6.520	70	18.421
TOTAL	7.127	4.926	54	2.843	6.984	74	22.008

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior. O número total de imigrantes inter e intraestaduais da década foi 694.

Observa-se que os fluxos urbano-urbano e rural-rural têm importância equivalente na imigração interestadual do Estado do Amapá. Os imigrantes interestaduais com origem urbana e destino urbano significaram 32,4% do total, ao passo que os imigrantes com origem e destino no campo representaram 31,7% (Tabela 7.6.2).

TABELA 7.6.2: Distribuição dos Imigrantes Interestaduais do Amapá segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Pará	23,58	20,47	0,14	8,38	29,57	0,32	82,44
Restante da Região N	0,74	0,02	0,02	0,42	0,06	0,00	1,26
Região Nordeste	4,69	1,44	0,09	2,98	1,80	0,02	11,01
Região Sudeste	1,82	0,37	0,00	0,90	0,12	0,00	3,21
Região Sul	0,67	0,02	0,00	0,18	0,11	0,00	0,98
Região Centro-Oeste	0,89	0,07	0,00	0,08	0,07	0,00	1,10
TOTAL	32,38	22,38	0,25	12,92	31,73	0,34	100,00

Fonte: Tabela 7.6.1.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais de década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

Macapá refletiu, em larga medida, o quadro estadual (Tabela 7.6.3). A Região Norte participou com 75,2% dos imigrantes interestaduais para o município (Tabela 7.6.4). A atração sobre os demais municípios do Estado e sobre o restante do Brasil resultou em participações similares para ambas as origens. Em todos os fluxos relevantes, com origem na Região Norte, os imigrantes provenientes do Estado do Pará tiveram participação superior a 60,0% (Tabela 7.6.3).

Instalaram-se em áreas urbanas, 68,8% dos que imigraram para Macapá no período considerado, correspondentes a 13.198 imigrantes, ou seja, 14,2% da população urbana de Macapá em 1980 (Tabelas 4.1 e 7.6.3).

TABELA 7.6.3: Imigrantes de Macapá, por Situação Domiciliar em 1980, segundo a Região e a Situação Domiciliar de Origem - Década de 70

MACAPÁ ORIGEM	SITUAÇÃO 1980: URBANA			SITUAÇÃO 1980: RURAL			TOTAL
	URBANO	RURAL	SEM DECL.	URBANO	RURAL	SEM DECL.	
Região Nordeste	971	292	20	237	148	4	1.672
Região Sudeste	365	81	0	185	27	0	658
Região Sul	143	4	0	39	12	0	198
Região Centro-Oeste	161	11	0	8	15	0	195
Subtotal	1.640	388	20	469	202	4	2.723
Pará	4.816	4.406	25	490	4.399	48	14.184
Restante da Região N	158	4	4	67	13	0	246
Subtotal	4.974	4.410	29	557	4.412	48	14.430
Demais Mun.do Estado *	871	866	0	16	283	5	2.041
TOTAL	7.485	5.664	49	1.042	4.897	57	19.194

Fonte: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Macapá, residiam em outro município do Amapá.

TABELA 7.6.4: Distribuição dos Imigrantes de Macapá segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%)

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Demais Mun. do Estado *	4,54	4,51	0,00	0,08	1,47	0,03	10,63
Pará	25,09	22,96	0,13	2,55	22,92	0,25	73,90
Restante da Região N	0,82	0,02	0,02	0,35	0,07	0,00	1,28
Região Nordeste	5,06	1,52	0,10	1,23	0,77	0,02	8,71
Região Sudeste	1,90	0,42	0,00	0,96	0,14	0,00	3,43
Região Sul	0,75	0,02	0,00	0,20	0,06	0,00	1,03
Região Centro-Oeste	0,84	0,06	0,00	0,04	0,08	0,00	1,02
TOTAL	39,00	29,51	0,26	5,43	25,51	0,30	100,00

Fonte: Tabela 7.6.3.

* Incluem-se os imigrantes interestaduais da década que, antes de se transferirem para Macapá, residiam em outro município do Amapá.

Considerando o município de Macapá no total do Estado do Amapá, observa-se uma participação bastante alta: 78,0% dos imigrantes interestaduais do Estado, na década de 70, lá se instalaram (Tabela 7.6.5).

TABELA 7.6.5: Participação de Macapá na Imigração Interestadual do Amapá, segundo a Região de Origem e a Situação Domiciliar de Origem e Destino (%) *

ORIGEM/SENTIDO	urb.→urb.	rur.→urb.	s.decl.→urb.	urb.→rur.	rur.→rur.	s.decl.→rur.	TOTAL
Pará	92,81	97,82	83,33	26,57	67,60	68,57	78,17
Restante da Região N	96,93	100,00	100,00	72,04	100,00	100,00	88,81
Região Nordeste	94,00	91,82	100,00	36,41	37,28	100,00	69,01
Região Sudeste	91,25	100,00	0,00	93,43	100,00	0,00	93,20
Região Sul	97,28	100,00	0,00	100,00	48,00	0,00	92,09
Região Centro-Oeste	82,56	73,33	0,00	44,44	100,00	0,00	80,25
TOTAL	92,80	97,40	90,74	36,09	66,07	70,27	77,94

Fonte: Tabelas 7.6.1 e 7.6.3.

* Não estão incluídos os imigrantes interestaduais da década que, em seguida, mudaram de município dentro da UF, e os que não declararam a UF de residência anterior.

Constatou-se, através da análise dos fluxos migratórios realizada nesse Capítulo, que a influência da migração sobre os Estados e municípios das capitais da Região Norte ocorreu de forma diferenciada em cada unidade. Rondônia e Pará absorveram, em suas áreas rurais, um número expressivo de imigrantes provenientes de áreas também rurais de Estados de outras Regiões brasileiras. No Acre, os fluxos em direção às áreas urbanas foi importante, mas identifica-se uma imigração rural-rural significativa para o conjunto do Estado. Essa configuração também caracterizou Roraima e o Amapá. No Amazonas, o fluxo com destino urbano e origem na própria Região Norte, constituiu o componente principal da imigração interestadual para o Estado. Mesmo em Rondônia e no Pará, os fluxos com destino urbano apresentaram volumes expressivos. Os municípios das capitais, com exceção de Belém, absorveram parcelas significativas dos imigrantes interestaduais.

Exerceram, ainda, papel relevante nos fluxos intraestaduais e foram importantes na orientação dos fluxos intra-regionais.

No Capítulo 8, as principais características da migração dos Estados e municípios das capitais da Região Norte, na década de 70, analisadas no decorrer da dissertação, são evidenciadas e comentadas, à guisa de conclusão. Algumas tendências da década de 80 são discutidas com o objetivo de apontar as possibilidades analíticas do estudo das migrações na Região Norte na década passada. Comenta-se, ainda, algumas implicações metodológicas da utilização de municípios como unidade espacial de análise das migrações.

8 - CONCLUSÃO

Durante os anos 70, a mudança para a Região Norte representou a opção ou a sobrevivência de milhares de cidadãos brasileiros. Esse ato foi induzido por forças de expulsão e atração, que se justapunham para mover os indivíduos no espaço geográfico do País.

Durante a década de 70, as forças de expulsão atuaram nas regiões de origem principalmente através da "modernização conservadora", citada como uma das razões fundamentais do grande afluxo de migrantes para a Região Norte. A propaganda oficial e as realizações do Governo na Região, o crescimento demográfico e as desigualdades regionais também estiveram por trás da formação dos fluxos migratórios com direção aos Estados do Norte. O "fechamento da fronteira" e as condições precárias encontradas nas áreas rurais, por sua vez, refletiram-se no desvio dos imigrantes das atividades rurais.

A atração exercida pela Amazônia esteve vinculada à esperança de ganhos e realizações na região. Nesse sentido, a Região Norte atraiu um contingente de migrantes com pretensões explícitas de trabalhar em áreas urbanas, seja no âmbito das atividades madeireiras, do garimpo e do pequeno comércio em regiões distantes das maiores cidades da Região, seja no contexto do maior dinamismo econômico das capitais estaduais.

Consequentemente, a taxa regional de crescimento da população rural foi praticamente a metade da taxa de crescimento urbano da Região - ambas acima da média nacional.

Rondônia foi o único Estado onde essa relação não se reproduziu. Mesmo no Pará, onde a imigração com destino rural foi expressiva, a taxa de crescimento da população urbana foi superior à taxa da população rural.

Os municípios das capitais também tiveram seu ritmo de crescimento populacional significativamente acelerado sob a influência da migração, o que resultou em um aumento da participação do conjunto desses municípios na população total da Região Norte. Contudo, apresentaram um comportamento inverso na evolução da distribuição urbana e rural da população. Apesar do maior volume do crescimento urbano, a taxa de crescimento rural da população dos municípios das capitais como um todo foi superior à taxa de crescimento da população urbana. Consequentemente, a participação urbana decresceu entre 1970 e 1980.

As principais razões para esse comportamento contrário às tendências regional e nacional são o peso do município de Porto Velho, pela sua extensão territorial e sua imigração principalmente com destino rural e a pequena participação de Belém na expansão da população do Pará. No entanto, o crescimento do meio "urbano periférico" em áreas distantes das maiores cidades da Região Norte, principalmente através do garimpo, deve ter seu papel na urbanização regional analisado com ênfase especial.

Deve-se considerar, nessa avaliação, que a impossibilidade de utilizar a área geográfica de Porto Velho de 1980 configurou-se como uma limitação metodológica deste trabalho. Os municípios criados na década de 70 não correspondem aos

distritos de Porto Velho existentes em 1980. Conseqüentemente, os dados básicos e o número de imigrantes não puderam ser desagregados com base na referência espacial mais recente do município. Nesse sentido, essa circunscrição administrativa, como unidade de análise da migração, apresenta dificuldades decorrentes das frequentes redivisões dos limites municipais dentro das Unidades da Federação. Esse problema pode ser mais grave nos anos 80, quando, na Região Norte, foram criados 145 novos municípios.

A migração da Região Norte, além de sua forte influência sobre o crescimento, assumiu características específicas de acordo com a unidade analisada e com a participação dos diversos fluxos que a compuseram. Essa diversidade é, na verdade, uma característica geral da migração da Região Norte na década de 70. Cada Estado exercia funções específicas dentro da dinâmica migratória da fronteira, de acordo com a sua inserção regional e com a sua integração com resto do País.

Rondônia e o Pará foram os alvos principais dos fluxos rurais-rurais com origem fora da Região Norte. Mas o número total de imigrantes oriundos das Regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que dirigiram-se para as áreas urbanas de Rondônia e do Pará, foi muito superior aos imigrantes com o mesmo destino nos outros quatro Estados da Região. Nesses Estados, os fluxos imigratórios com origem e destino urbano intra-regionais preponderaram - com a exceção de Roraima em relação à contribuição das UF da Região Norte.

A participação dos municípios das capitais na imigração interestadual para os Estados, a não ser no caso de Belém, foi

significativa. Porto Velho, pelos motivos já citados, reproduziu o quadro estadual, absorvendo principalmente imigrantes com origem fora da Região Norte. Em Rio Branco, Manaus e Boa Vista, os fluxos imigratórios para as áreas urbanas, originados tanto nos demais Estados da Região Norte quanto nos Estados das outras Regiões do País, tiveram participação semelhante. Em Belém, os imigrantes interestaduais do Norte significaram 20,0% do total de imigrantes interestaduais. Em Macapá, ocorreu o inverso, principalmente por causa de sua grande absorção de imigrantes provenientes do Pará, com destino urbano no município.

Uma constatação importante desse trabalho é a de que o município de Manaus, durante a década de 70, absorveu um número maior de migrantes da Região Norte do que o município de Belém. A discussão sobre esse último, levada a cabo no Capítulo 4, e as informações obtidas através da mensuração direta da imigração, apontam para a necessidade de avaliar-se a importância regional do município núcleo da única Região Metropolitana do Norte.

Fica claro, ainda, que a principal influência do município de Belém deu-se sobre o restante do Estado do Pará. A absorção de imigrantes intraestaduais pelos municípios de Rio Branco e Manaus também foi significativa. Nos demais municípios das capitais, esses fluxos foram sempre inferiores ao componente interestadual, demonstrando uma força de atração relativamente fraca sobre o restante dos respectivos Estados.

Percebe-se que os municípios das capitais são fonte de ricas possibilidades de investigação e análise. Participaram

significativamente do quadro migratório interestadual da UF e alguns foram determinantes da dinâmica intra-regional e intraestadual. Com o aumento da participação urbana na população total da Região Norte entre 1980 e 1991, a importância desses municípios como unidades analíticas podem mostrar-se ainda mais interessantes.

Com base em observações diretas e dados secundários, MARTINE (1995) aponta duas prováveis fases da migração para a Região Norte na década de 80. Do final dos anos 70 até por volta de 1986, os fluxos migratórios se intensificaram ano a ano graças aos incentivos oferecidos pelo Governo e à recessão do início da década. A partir de 1986, essa atração foi fortemente reduzida devido à combinação de uma série de fatores, dentre os quais cabe citar o fim de boa parte dos subsídios fiscais e incentivos creditícios para a agricultura da Região, a inadequação do solo amazônico para a agricultura praticada no País e a reação nacional e internacional ao desmatamento da floresta tropical úmida.

De qualquer forma, nos anos 80, a Região Norte prosseguiu em seu dinamismo demográfico, crescendo acima da média nacional através, principalmente, da expansão urbana. Isso pode ter um significado sério dada à capacidade regional relativamente pequena de absorção de mão-de-obra. A análise do papel da migração na evolução demográfica da Região Norte dos anos 80, em contraposição ao comportamento verificado na década de 70, merece uma abordagem cuidadosa, capaz de elucidar uma série de questões fundamentais sobre a distribuição espacial da

população do Norte e do País no período recente, além de apontar as alternativas para o futuro.

Com a introdução do quesito que informa sobre o local em que o indivíduo se encontrava cinco anos antes da data do censo, o Censo Demográfico de 1991 oferecerá uma oportunidade única para os estudos das migrações internas no País. O obtenção de uma referência espacial dentro da década permitirá a identificação de várias etapas migratórias.

A metodologia empregada nessa dissertação, apesar das limitações mencionadas, revelou-se um instrumento poderoso para a análise das migrações internas e para a exploração dos dados do Censo Demográfico de 1980. Nesse sentido, o acesso à fita magnética com a Amostra de 25% foi fundamental para a aplicação dos procedimentos necessários. A fita com a amostra do Censo Demográfico de 1991 aumentará substancialmente as possibilidades analíticas acerca da população brasileira, pois esse recurso oferece oportunidades de utilização de dados extremamente fecundas para a investigação demográfica.

ANEXO 1

SALDOS MIGRATÓRIOS

TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO

Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Belém e Macapá

TABELA A.1.1: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Porto Velho - 1970/1980

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	27.198	72,40	26.051	72,40	53.249	72,40
5-9	23.158	72,13	22.143	72,13	45.301	72,13
10-14	20.377	72,33	19.233	70,99	39.611	71,67
15-19	17.565	73,67	16.954	72,49	34.519	73,08
20-24	16.182	76,38	14.533	73,50	30.716	74,99
25-29	13.435	75,68	11.746	73,16	25.181	74,48
30-34	10.437	73,18	8.057	71,53	18.494	72,45
35-39	7.974	70,56	6.258	71,00	14.233	70,75
40-44	6.896	69,75	5.216	70,48	12.112	70,06
45-49	5.283	69,81	3.899	69,51	9.183	69,68
50-54	4.311	66,33	2.860	65,98	7.171	66,19
55-59	2.974	64,16	1.973	65,68	4.947	64,76
60-64	1.917	60,69	1.201	61,39	3.118	60,96
65-69	1.287	61,49	860	63,54	2.147	62,30
70 +	914	57,21	787	57,26	1.701	57,23
TOTAL	159.908	72,15	141.773	71,56	301.681	71,87

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

NÍVEL DOS INDICADORES - PORTO VELHO

PADRÃO UTILIZADO: RONDÔNIA TOTAL - Carvalho&Pinheiro

		I_3	I_5	e_0	TFT
PORTO VELHO	Masculino	90.176	89.636	59,03	6,0697
	Feminino	90.232	89.576	63,52	
RONDÔNIA - TOTAL Carvalho&Pinheiro	Masculino	89.774	89.214	58,19	6,1747
	Feminino	90.797	90.175	64,08	

TABELA A.1.2: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Rio Branco - 1970/1980

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	1.929	16,71	1.861	16,71	3.790	16,71
5-9	1.639	16,54	1.556	16,54	3.195	16,54
10-14	888	9,96	1.322	14,93	2.210	12,43
15-19	310	4,06	1.154	14,39	1.465	9,35
20-24	762	11,87	1.171	17,17	1.933	14,60
25-29	798	14,86	1.007	18,92	1.805	16,88
30-34	830	20,24	748	18,89	1.578	19,57
35-39	528	17,06	680	21,40	1.208	19,26
40-44	524	17,82	220	8,79	743	13,67
45-49	201	9,12	103	5,23	303	7,28
50-54	263	12,28	247	14,65	511	13,32
55-59	270	15,32	202	16,41	471	15,77
60-64	183	14,80	165	19,36	348	16,66
65-69	245	26,06	233	27,66	477	26,81
70 +	135	14,69	190	21,81	325	18,16
TOTAL	9.504	13,75	10.860	16,29	20.363	15,00

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

NÍVEL DOS INDICADORES - RIO BRANCO

PADRÃO UTILIZADO: ACRE URBANO - Carvalho&Pinheiro

		l_3	l_5	e_0	TFT
RIO BRANCO	Masculino	89.931	89.377	58,56	
	Feminino	89.987	89.317	63,03	5,4683
ACRE - URBANO Carvalho&Pinheiro	Masculino	90.616	90.096	59,46	
	Feminino	91.237	90.642	64,80	5,0348

TABELA A.1.3: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Manaus - 1970/1980

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	18.690	33,89	18.114	33,89	36.804	33,89
5-9	13.412	30,65	13.274	30,65	26.686	30,65
10-14	10.720	29,04	13.074	33,48	23.794	31,32
15-19	11.932	34,17	16.442	40,86	28.374	37,75
20-24	13.042	40,95	14.477	40,79	27.519	40,86
25-29	10.590	40,97	8.895	31,99	19.484	36,32
30-34	6.707	34,04	4.897	24,63	11.604	29,31
35-39	4.257	29,38	3.427	23,35	7.684	26,35
40-44	3.173	25,73	2.875	23,14	6.048	24,43
45-49	2.221	24,38	2.209	22,73	4.429	23,53
50-54	1.742	21,89	1.957	23,35	3.699	22,64
55-59	1.190	19,69	1.369	21,87	2.559	20,80
60-64	882	19,91	921	19,59	1.803	19,75
65-69	341	11,12	674	17,80	1.015	14,81
70 +	270	7,97	677	13,87	947	11,45
TOTAL	99.168	32,10	103.281	31,87	202.449	31,98

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

NÍVEL DOS INDICADORES - MANAUS

PADRÃO UTILIZADO: AMAZONAS URBANO - Carvalho&Pinheiro

		l_3	l_5	e_0	TFT
MANAUS	Masculino	91.691	91.226	61,34	
	Feminino	91.740	91.175	65,88	4,8550
AMAZONAS - URBANO Carvalho&Pinheiro	Masculino	91.422	90.943	60,74	
	Feminino	92.914	92.423	67,73	5,4483

TABELA A.1.4: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Boa Vista - 1970/1980

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	1.283	22,18	1.275	22,18	2.558	22,18
5-9	1.069	22,16	1.041	22,16	2.110	22,16
10-14	786	18,97	755	18,41	1.540	18,69
15-19	828	21,56	800	20,23	1.629	20,88
20-24	756	23,15	627	18,98	1.383	21,05
25-29	882	29,36	634	23,13	1.516	26,39
30-34	841	35,00	595	29,90	1.437	32,69
35-39	541	33,16	268	19,36	810	26,82
40-44	420	30,26	300	25,83	720	28,24
45-49	208	19,96	115	13,17	323	16,86
50-54	235	22,89	171	20,79	406	21,96
55-59	145	17,61	87	15,54	232	16,77
60-64	104	18,82	71	19,26	175	19,00
65-69	49	13,03	59	19,77	108	16,00
70 +	48	11,18	52	13,90	100	12,44
TOTAL	8.197	23,73	6.850	21,15	15.047	22,48

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

NÍVEL DOS INDICADORES - BOA VISTA

PADRÃO UTILIZADO: RORAIMA URBANO - Carvalho&Pinheiro

		l_3	l_5	e_0	TFT
BOA VISTA	Masculino	94.334	94.007	66,30	
	Feminino	94.368	93.971	70,88	5,5520
RORAIMA - URBANO Carvalho&Pinheiro	Masculino	93.124	92.627	63,52	
	Feminino	94.722	94.349	71,39	5,8646

TABELA A.1.5: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Belém - 1970/1990

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	8.879	13,33	8.618	13,33	17.497	13,33
5-9	4.736	7,99	4.665	7,99	9.401	7,99
10-14	5.336	9,55	10.416	17,14	15.752	13,50
15-19	9.706	17,71	17.219	27,08	26.924	22,74
20-24	10.967	22,27	11.252	20,71	22.219	21,45
25-29	4.481	12,25	1.953	4,73	6.434	8,27
30-34	1.238	4,53	-129	-0,42	1.108	1,91
35-39	1.253	5,79	183	0,74	1.436	3,11
40-44	624	3,33	921	4,38	1.545	3,89
45-49	499	3,42	907	5,41	1.405	4,48
50-54	399	3,16	857	5,82	1.256	4,59
55-59	50	0,54	-6	-0,06	44	0,22
60-64	-203	-3,14	73	0,86	-130	-0,87
65-69	-719	-14,46	-166	-2,31	-885	-7,27
70 +	-418	-6,88	450	3,85	32	0,18
TOTAL	46.828	10,54	57.212	11,71	104.041	11,15

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1990.

NÍVEL DOS INDICADORES - BELÉM

PADRÃO UTILIZADO: PARÁ URBANO - Carvalho&Pinheiro

		l_3	l_5	e_0	TFT
BELÉM	Masculino	92.610	92.191	62,94	
	Feminino	92.653	92.146	67,50	4,0664
PARÁ - URBANO Carvalho&Pinheiro	Masculino	90.797	90.287	59,74	
	Feminino	92.181	91.644	66,40	5,0220

TABELA A.1.6: Saldos Migratórios Totais (Efeitos Diretos e Indiretos) e Taxas Líquidas de Migração (%) - Macapá - 1970/1980

GRUPOS ETÁRIOS	SM	TLMi	SM	TLMi	SM	TLMi
	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres	Total	Total
0-4	836	6,51	834	6,51	1.670	6,51
5-9	504	4,55	493	4,55	997	4,55
10-14	892	9,43	995	10,40	1.887	9,92
15-19	718	9,26	928	11,33	1.646	10,32
20-24	-12	-0,21	238	3,73	226	1,85
25-29	72	1,58	120	2,45	192	2,03
30-34	239	7,13	205	5,82	444	6,46
35-39	298	9,61	184	5,97	482	7,80
40-44	199	7,67	191	7,39	390	7,53
45-49	70	3,37	83	4,22	153	3,78
50-54	21	1,33	22	1,46	43	1,39
55-59	-60	-5,37	-76	-7,65	-136	-6,44
60-64	-76	-9,57	-81	-10,47	-158	-10,01
65-69	45	5,80	226	25,09	270	16,18
70 +	297	27,16	456	32,96	753	30,40
TOTAL	4.041	5,94	4.818	6,94	8.860	6,45

Fonte: Dados Básicos: IBGE, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

NÍVEL DOS INDICADORES - MACAPÁ

PADRÃO UTILIZADO: AMAPÁ URBANO - Carvalho&Pinheiro

		l_3	l_5	e_0	TFT
MACAPÁ	Masculino	93.396	93.019	64,40	
	Feminino	93.435	92.978	68,98	6,5262
AMAPÁ - URBANO Carvalho&Pinheiro	Masculino	93.962	93.615	65,33	
	Feminino	95.421	95.095	72,96	5,7149

ANEXO 2

Mapas: Estados e Municípios das Capitais da

Região Norte - 1970 e 1980

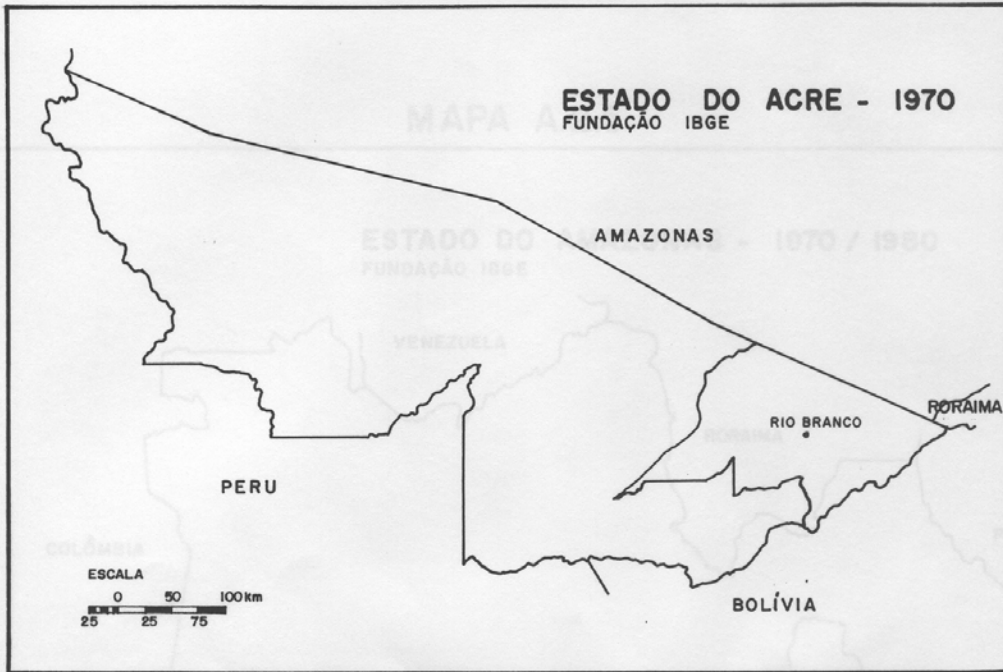
MAPA A.2.1



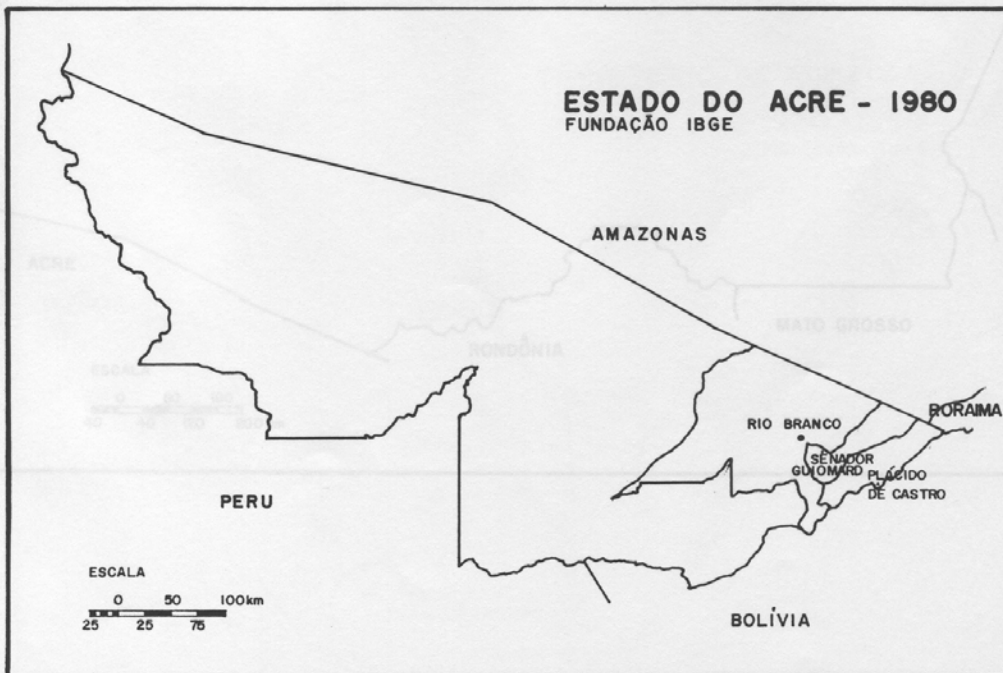
MAPA A.2.2



MAPA A.2.3

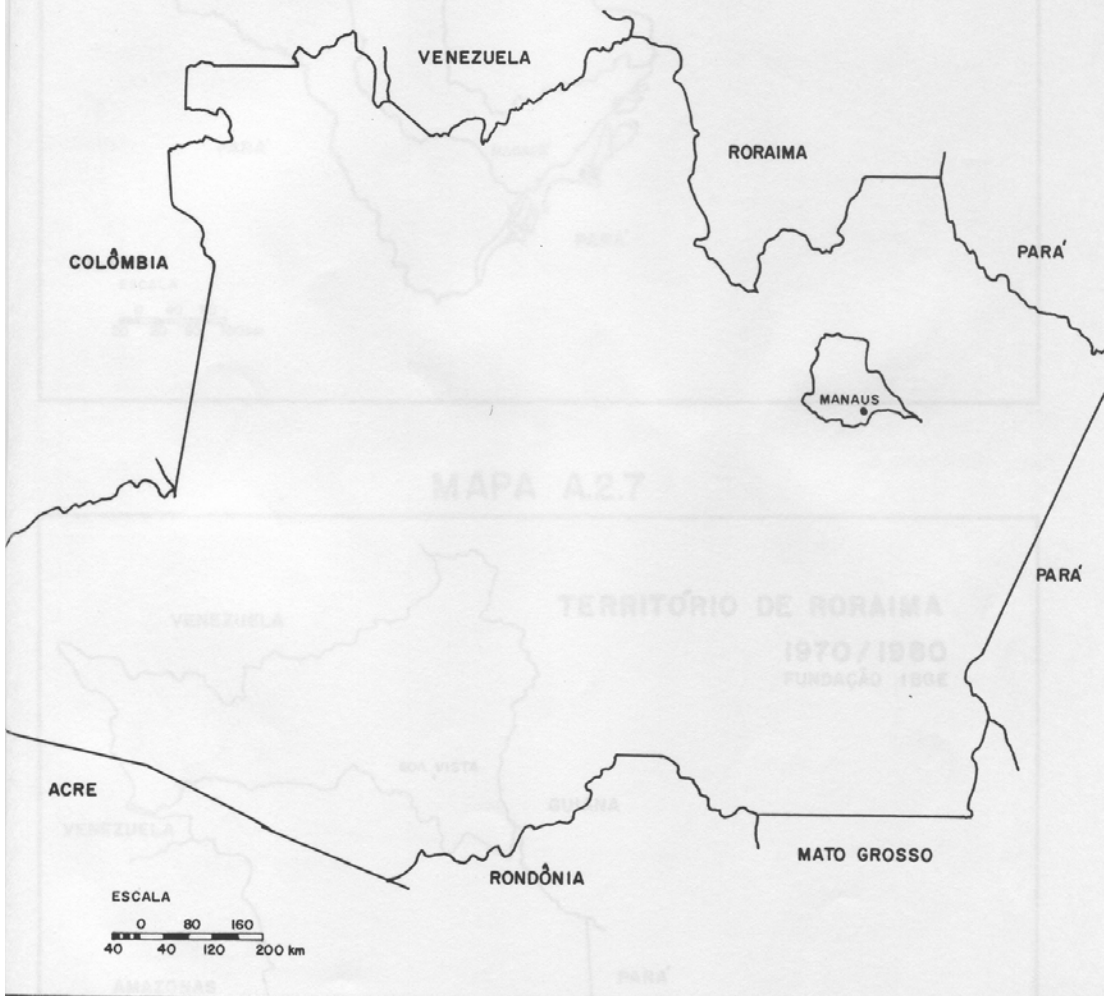


MAPA A.2.4



MAPA A.2.5

ESTADO DO AMAZONAS - 1970 / 1980
FUNDAÇÃO IBGE

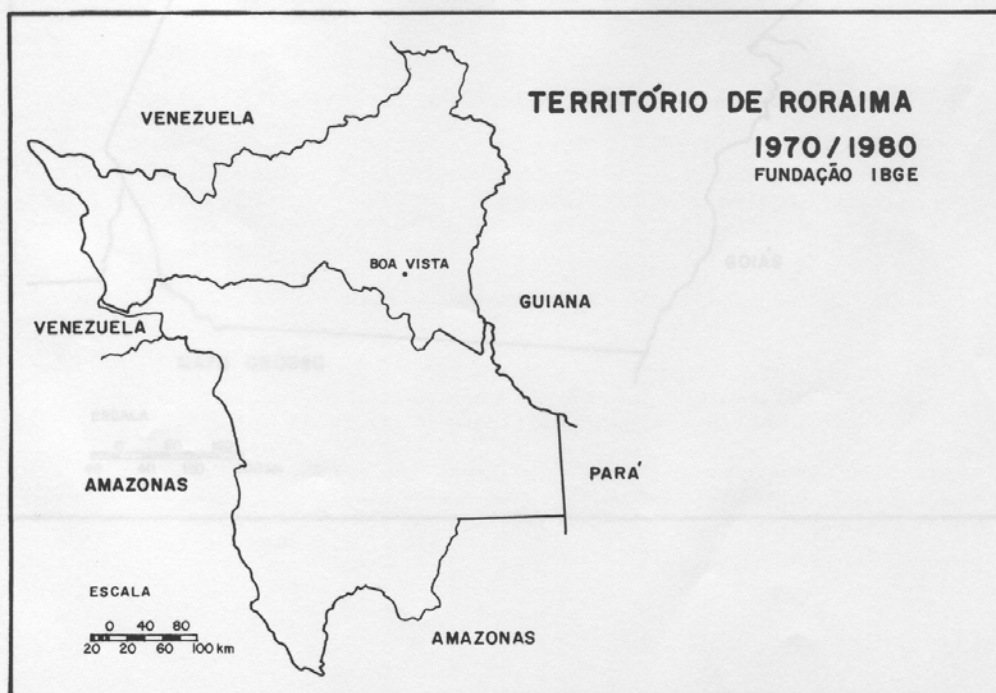


ESCALA
0 80 160
40 40 120 200 km

MAPA A.2.6

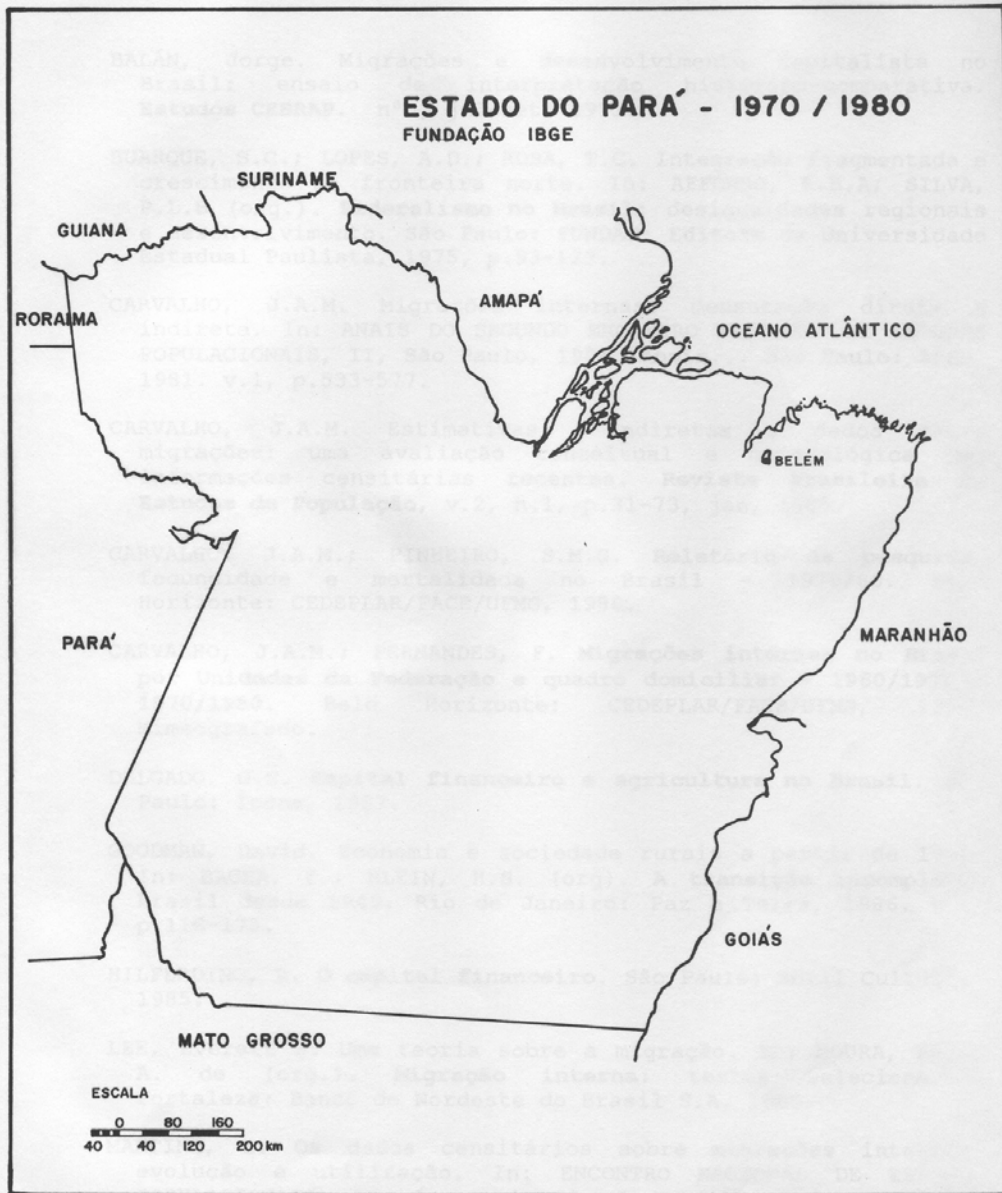


MAPA A.2.7



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAPA A.2.8



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**. nº5, jul-set, 1973.
- BUARQUE, S.C.; LOPES, A.D.; ROSA, T.C. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. In: AFFONSO, R.B.A; SILVA, P.L.B (org.). **Federalismo no Brasil**: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1975, p.93-123.
- CARVALHO, J.A.M. Migrações internas: mensuração direta e indireta. In: ANAIS DO SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, II, São Paulo, 1981. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1981. v.1, p.533-577.
- CARVALHO, J.A.M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.2, n.1, p.31-73, jan, 1985.
- CARVALHO, J.A.M.; PINHEIRO, S.M.G. **Relatório de pesquisa: fecundidade e mortalidade no Brasil - 1970/80**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1986.
- CARVALHO, J.A.M.; FERNANDES, F. **Migrações internas no Brasil por Unidades da Federação e quadro domiciliar - 1960/1970 e 1970/1980**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1991. Mimeografado.
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1987.
- GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, E.; KLEIN, H.S. (org). **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v.1. p.113-175.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.
- MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IV, Águas de São Pedro, 1984. **Anais...** São Paulo: ABEP, v.2, 1984.

- MARTINE, G. **Os impactos da modernização agrícola**. Editora Caetés, São Paulo, 1987.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. 1993. Mimeografado.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R.B.A; SILVA, P.L.B (org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p.60-91.
- PEREIRA, A.C.L. **Migração e fronteira amazônica: as transformações dos anos recentes**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990. Dissertação (mestrado em Economia) - FACE/UFMG, 1990.
- RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população região metropolitana de Belo Horizonte - década de 70**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994. Dissertação (mestrado em Demografia) - FACE/UFMG, 1994.
- SAWYER, Donald R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 1(1/2):3-34, janeiro, 1984.
- SAWYER, Donald R.; PINHEIRO, S.M.G. A dinâmica demográfica das regiões de fronteira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IV, Águas de São Pedro, 1984. **Anais...** São Paulo: ABEP, v.4, 1984.
- SAWYER, Donald. R. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, L. (org.). **A urbanização da fronteira**. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1987. v.1.
- SINGER, Paul . Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.
- SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.
- TODADO, Michael P. **Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- TODARO, Michael P. A migração de mão-de-obra e o desemprego urbano em países desenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.
- TORRES, H.G. A imigração e o imigrante de origem urbana na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VI, Olinda, 1988. **Anais...** São Paulo: ABEP, v.2, 1988.

TORRES, H.G. **Migração e agricultura na fronteira: o caso da Amazônia Sul.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990. Dissertação (mestrado em Demografia) - FACE/UFMG, 1990.

WOOD, Charles H. Equilibrium and historical structural perspectives on migration. **International Migration Review.** v.16, n° 2, 1982.

WOOD, Charles H.; WILSON, John. The magnitude of migration to the Brazilian frontier. In: SCHMINK, M.; WOOD, C.H. (org.). **Frontier expansion in Amazonia.** Gainesville: University of Florida Press, 1984. p.142-152.